



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Ata nº 09/2015

## ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **trinta** dias do mês de **abril** do ano **dois mil e quinze**, pelas **catorze horas e trinta e um minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **2ª Sessão Ordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

#### PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO ----

#### PONTO 2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DO ANO DE 2014 -----

#### PONTO 3 – 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2015 -----

#### PONTO 4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DA MUNICIPALIA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS E.M.:-----

- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1 DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO 2014 -----

- PRESTAÇÃO DE CONTAS/LIQUIDAÇÃO DE 1 DE NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO 2014. -----

#### PONTO 5 - SIMAR – SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIO DE LOURES E ODIVELAS: -----

- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 -----

- 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2015 -----

#### PONTO 6 - APROVAÇÃO DA ATA DA 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 18 DE DEZEMBRO -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

*[Handwritten signatures]*

### III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **José Falcão**, pelo Membro **Luís Santos**;-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **João Curvelo**, pelo Membro **Paulo Sousa**;-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Corália Rodrigues**, pelo Membro **António Rodrigues**; -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Edgar Valles**, pelo Membro **Carlos Barreto**;-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade**;-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal **Paula Paçó**, pelo Membro **Pedro Martins**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Monteiro**, pelo Membro **João Lourenço**;-

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Fernando Ferreira**, pelo Membro **Adventino Amaro**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lídia Mateus**, pelo Membro **José Rodrigues**;-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos 35 Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência do membro Pedro Roberto, pela bancada do PSD, do membro António Pedro, pela bancada da CDU tendo a falta sido devidamente justificada.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores que



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores Hugo Martins, Paulo César Teixeira pela bancada do PS, Carlos Bodião pela bancada do PPD/PSD-----

Havendo quórum, o **Sr Presidente da Assembleia** deu início à **REUNIÃO**.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

No âmbito do **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

**Paulo Sousa** da bancada do **BE**, apresentou um ponto de ordem, referindo que a convocatória indica todos os pontos e segundo foi acordado na Comissão Permanente, é que haveria pontos que iriam ser tratados no dia 7 de Maio -----

Presidente da Assembleia Municipal, **Miguel Cabrita**, em resposta ao ponto de ordem, referiu que segundo o que ficou acordado na Comissão Permanente, todos os pontos iriam constar na ordem de trabalhos, e aqueles que iriam passar para dia 7 de Maio, seriam os pontos 4 e 5 -----

**Miguel Galante** da bancada do **PS**, proferiu uma intervenção, congratulando a Câmara Municipal de Odivelas e o Orçamento Participativo, tendo ainda apresentado um requerimento ao executivo relativamente a este mesmo assunto -----

Pela Bancada do **BE**, foram apresentados cinco documentos: uma **Moção (Doc. nº 1)** sobre “**Contra os tratados transatlânticos**”, um **Voto de Condenação (Doc. nº 2)** sobre “**Prova de amamentação através da expressão das mamas**”, uma **Moção (Doc. nº 3)** sobre “**Pelo fim da discriminação de homossexuais pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação**”, um **Voto de Pesar (Doc. nº 4)** sobre “**Pelo Naufrágio no Mediterrâneo**” e uma **Proposta de Recomendação ao Executivo (Doc. nº 5)** sobre “**Representação de todos os partidos com assento na Assembleia de Municipal em Atos Oficiais**”, que seguidamente se transcrevem:-----

**Moção - “Contra os tratados transatlânticos”** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*“Considerando que:-----  
A globalização neoliberal veio diminuir o poder dos estados e aumentar o poder das multinacionais em detrimento dos cidadãos e a favor das multinacionais.-----*

*É neste contexto que estão a ser negociados os tratados de livre comércio, o TTIP, CETA, TISA e TTP, entre os Estados Unidos da América (EUA) com o resto do mundo e que aprofundam esta realidade. Tratados que colocam em causa a democracia, os direitos mais elementares dos cidadãos e a sustentabilidade do planeta em prol dos lucros das multinacionais. Em suma, a soberania dos povos em decidirem os seus futuros.*

*Os tratados de livre comércio, que estão a ser negociados e redigidos pelas costas dos cidadãos e de qualquer processo que se queira democrático, estão a despoletar um forte movimento de contestação com o objetivo de travarem as negociações e, em última instância, a ratificação destes tratados. A nível europeu contesta-se o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) e o Comprehensive Trade and Economic Agreement (CETA) com os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá, respetivamente;*

*Foi neste âmbito que se realizou no passado dia 18 de Abril, sábado, a Campanha Global de Ação com protestos por todo o mundo, da América do Norte até à Ásia-Pacífico com o lema “As pessoas e o planeta acima do lucros”;-----*

*Mais de 600 cidades acolheram protestos contra os tratados de livre comércio, estando entre elas Quito (Equador), Washington (EUA), Bristol (Reino Unido), Paris (França), Dublin (Irlanda), Berlim (Alemanha), Amesterdão (Holanda), Meycauayan (Filipinas), Jacarta (Indonésia), entre outras;-----*

*Em Portugal, ocorreu uma concentração no Largo do Carmo, Lisboa, pelas 15 horas, organizado pela Plataforma Não ao TTIP, onde largas dezenas de pessoas juntaram-se ao protesto mundial;-----*

*O evento contou com intervenções de Leonor Machado pela Plataforma Não ao TTIP, de Mariana Mortágua, deputada do Bloco de Esquerda, de Miguel Tiago, deputado do Partido Comunista Português, de Luís Bernardo, jornalista do Le Monde Diplomatique, de João Vieira, dirigente da Confederação Nacional de Agricultura, de Augusto Praça, dirigente da CGTP e de Nuno Belchior, membro do Projeto 270. Após as intervenções tomaram a palavra vários cidadãos, nacionais e internacionais, que expressaram a sua preocupação e descontentamento pelo que estes tratados representam;-----*

*Em declarações à Lusa, Leonor Duarte, membro da Plataforma Não ao TTIP, declarou que “as negociações decorrem no maior secretismo e não podemos aceitar isso”, tendo ainda sublinhado que caso os tratados sejam implementados na Europa, mas também no resto do mundo, a alimentação, o ambiente, a saúde e o emprego, entre outros sectores, serão fortemente atacados na sua relação com os cidadãos em proveito dos interesses lucrativos das multinacionais;-----*

*Apesar da existência das negociações e contornos destes tratados serem desconhecidos dos povos, é patente a noção de que se apresentam como as maiores ameaças ao seu bem-estar social e económico;*

*Estes tratados representam o aprofundar da globalização neoliberal com todas as consequências que pressupõem: diminuição dos direitos dos povos e aumento dos lucros das multinacionais;-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

A nível europeu constituem-se como os maiores ataques neoliberais desde as troikas e o Tratado Orçamental;-----

A Plataforma Não ao TTIP, apelou à criação de uma frente comum entre todos os partidos, movimentos sociais, associações e sindicatos que se revejam na luta contra estes tratados que acentuarão o capitalismo selvagem. A ameaça demonstram ser está bem presente na amplitude de sectores que englobam, realçando o facto da luta apenas poder triunfar se for internacional e alargada nos planos nacionais.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 30 de Abril de 2015, delibera:-----

Solidarizar-se, com a Plataforma Não ao TTIP e com a sua luta titânica para fazer passar a mensagem que alguns querem esconder;-----

Parabenizar os Partidos, Movimentos, Associações, Sindicatos, Jornalistas e todas e todos os cidadãos envolvidos nesta causa mundial;-----

Exigir ao Governo de Portugal a divulgação das negociações em causa e a abertura da discussão à sociedade civil.-----

Enviar esta Moção à Plataforma Não ao TTIP, ao Bloco de Esquerda, ao Partido Comunista Português, ao jornal Le Monde Diplomatique, à Confederação Nacional de Agricultura, à CGTP, ao Projecto 270, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, à comunicação social local e nacional.-----

Os eleitos do Bloco de Esquerda,-----

Luís Santos-----

Paulo Sousa -----

#### **Voto de Condenação - "Prova de amamentação através da expressão das mamas"-----**

"Considerando que:-----

1.Há poucos dias ficamos a saber que em Portugal há mulheres que estão a ser sujeitas a uma prática indigna, sendo-lhes solicitado que espremam as mamas para comprovar que têm leite e poderem assim continuar a usufruir do direito à dispensa horária para amamentação;-----

2.Este procedimento é absolutamente indigno e aviltante para as mulheres e para os seus direitos. Foram publicamente denunciados casos ocorridos em dois hospitais do Porto – Santo António e São João – e no Centro Hospitalar do Algarve;-----

3.A dispensa para amamentação e/ou aleitação é um direito consagrado no Código do Trabalho e o seu exercício não está dependente do beneplácito da entidade empregadora. A partir do primeiro ano da criança, o direito à dispensa para amamentação é feito através da entrega de uma declaração do médico assistente a



Assembleia Municipal de Odivelas

confirmar que a requerente se encontra a amamentar. É esta declaração que faz prova da amamentação e não quaisquer "provas" prestadas no local de trabalho;-----

4. Uma enfermeira que foi chamada ao Serviço de Saúde Ocupacional do hospital público onde trabalha, com a indicação de que deveria levar o boletim de vacinas. Assim fez. Depois de atualizada a informação do respetivo boletim, foi informada de que ia ser chamada ao gabinete médico para fazer prova da amamentação;-----

5. Essa mulher afirmou: "Congelei com tamanha aberração. Entrei e foi-me dito que me teria de sujeitar à expressão mamária, de forma a comprovar a existência de leite, para que me fosse validada a condição de lactante. Confesso que foi o momento mais constrangedor e humilhante da minha vida, senti totalmente violado o meu direito à privacidade e à intimidade. Depois de espremidas as mamas e de comprovada a existência de leite, vesti-me e o funcionário registou a minha aptidão. Infelizmente, não fui a primeira a ser sujeita a isto. Mas gostava de ser a última. Nenhuma mulher deve passar por isto!";-----

6. António Sollari Allegro, administrador do Hospital de Santo António e membro da Comissão Política do CDS, defendeu a prática de pôr as enfermeiras a fazer estas provas de amamentação. Tendo mesmo afirmado que "é evidente que [a situação das enfermeiras] é desagradável, mas também não é muito honesto estar a aproveitar de uma facilidade da lei e estar três e quatro anos [em horário reduzido]";-----

-7. Esta situação absolutamente incompatível com a dignidade das mulheres, que tem que ser erradicada e não pode haver qualquer complacência para com estas práticas nem para com as instituições que as implementam".-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 30 de Abril de 2015, condena veementemente tais práticas indignas para comprovar aleitamento.-----

Enviar este voto à todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministério da Saúde, ao Sindicato dos Enfermeiros de Portugal, às direções dos hospitais Santo António e São João do Porto, à direção do Centro Hospitalar do Algarve; e à comunicação social.-----

Os eleitos do Bloco de Esquerda,-----

Luís Miguel Santos-----

Paulo Sousa-----

## **Moção - "Pelo fim da discriminação de homossexuais pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação"**-----

"Considerando que:-----

1. Apesar do parlamento ter aprovado em 2010 uma resolução para o Governo proibir expressamente a discriminação dos dadores de sangue em função da sua orientação sexual;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

2. A situação permanece quase inalterada, tendo-se cumprido apenas a parte que recomendava o fim dos questionários com “enunciados homofóbicos” que visavam eliminar os dadores masculinos que confirmassem ter sexo com outros homens;-----

3. Diversos testemunhos afirmam que o Instituto Português do Sangue e da Transplantação mantém a prática de questionar oralmente as e os dadores acerca da sua orientação sexual.-----

4. O Bloco de Esquerda tem insistido na necessidade de cumprir a resolução aprovada. Numa das respostas do Governo ficou a saber-se que em dezembro de 2012 tinha entrado em funções um grupo de trabalho sobre “Comportamentos de risco com impacto na segurança do sangue e na gestão de dadores”. Questionado na altura sobre o prazo de entrega de resultados desse grupo de trabalho, o Governo deu duas respostas diferentes: primeiro prometeu que os resultados seriam entregues ao Conselho Diretivo do Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) em quatro meses; depois falou num prazo de seis meses a contar da primeira reunião;-----

5. Nenhum resultado da atividade do grupo de trabalho é conhecido e, segundo uma responsável do IPST essa equipa não reuniu no ano de 2014. É igualmente desconhecida a identidade dos membros do referido grupo de trabalho;-----

6. Ainda não foi ainda cumprida uma resolução da Assembleia da República, aprovada por unanimidade há cinco anos, que defende o fim da discriminação dos doadores de sangue por causa da sua orientação sexual e esclareça que os critérios de suspensão de dadores, baseando-se na existência de comportamentos de risco e não na existência de grupos de risco.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 30 de Abril de 2015, delibera:-----

1. Solidarizar-se com todas e todos os cidadãos vítimas de discriminação em função da sua orientação sexual;

2. Exigir ao Governo o cumprimento imediato da resolução nº 39/2010, publicada em Diário da República a 7 de maio;-----

3. Condenar veementemente todos os comportamentos individuais ou coletivos que promovam a discriminação em função da orientação sexual.-----

Enviar este voto à todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministério da Saúde, ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação, à Associação ILGA Portugal e à comunicação social.-----

Os eleitos do Bloco de Esquerda,-----

Luís Miguel Santos-----

Paulo Sousa-----

-----  
-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

### **Voto de Pesar - “Pelo Naufrágio no Mediterrâneo”**

*“Em menos de uma semana, entre dia 12 e dia 18 de Abril, perderam a vida mais de 1000 pessoas que procuravam chegar a Europa. Às 400 vítimas do passado dia 12, juntaram-se na noite de sábado para domingo, dia 18 de Abril, mais de 700 mortes. Cada dia, são resgatadas entre 500 e 1000 pessoas, entre elas, crianças, mulheres e jovens. Números em constante aumento. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), 3419 migrantes perderam a vida, no ano de 2014 e mais de 170.000 foram resgatadas ao abrigo do programa Mare Nostrum. São mais de mil, as mortes, só no primeiro trimestre deste ano.*

*Já em Outubro e Novembro de 2013, mais de 500 pessoas morriam, nas costas de Lampedusa. Na altura, o cenário de centenas corpos de crianças, mulheres e jovens alinhados na praia comoveu a opinião pública. O Papa Francisco faria aliás a sua primeira deslocação a Lampedusa para marcar uma posição clara de indignação sobre a tragédia que estava a acontecer às portas da Europa, numa quase total indiferença e desafiar a Europa para uma outra política de imigração.*

*Estes migrantes estão dispostos a entregar a sua vida a traficantes mafiosos, cada vez mais violentos que os espoliam e assassinam, fugindo dos seus países devastados pela guerra e pela miséria.*

*Da Nigéria à Eritreia, da Síria ao Iémen, do Paquistão ao Iraque, os bandos armados que se digladiam e empurram centenas de milhares para a fuga para a morte, são o produto da geopolítica internacional, começando pelo caos líbio, donde partem os navios da morte desde que Kadhafi e a sua ditadura já não estão presentes para transformar o sul da Líbia num imenso campo de retenção de candidatos a imigração a troco de financiamento da União Europeia.*

*O aumento exponencial de mortes explica-se obviamente pelo aumento do número de potenciais candidatos à imigração. E isto é da responsabilidade directa da União Europeia e da sua política de gestão dos fluxos migratórios. O fim da operação “Maré Nostrum” e a sua substituição pelo programa “Triton” sob direcção e coordenação da Frontex traduziu-se numa simples vigilância passiva e apenas a jusante do problema e, portanto, objectivamente cúmplice dos mafiosos traficantes, por omissão e desresponsabilização.*

*As lágrimas de crocodilo e as declarações de circunstância dos dirigentes da Europa perante esta tragédia não podem esconder o papel da política bilateral da União Europeia com os países de origem dos migrantes nestas mortes. Enquanto a União europeia teimar em manter a migração na esfera dos negócios e não dos direitos, liberdades e garantias assentes em valores de humanidade e solidariedade, continuaremos a ser confrontados com estas tragedias.*

*Enquanto continuarmos a dizer que não há solução, continuarão a morrer mais pessoas inocentes. A solução é, antes de mais, política e passa forçosamente pela eliminação da Frontex, pela aplicação do direito do asilo a quem foge da guerra e da miséria e sobretudo, pela garantia da liberdade de circulação e de instalação nos diversos países da União Europeia.*





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

*Esta tragédia, maior e mais dramática que o naufrágio nas águas de Lampedusa, em Outubro e Novembro de 2013, em que morreram mais de 500 pessoas na altura, recorda-nos que à porta do Velho Continente, para além de uma das mais mortíferas rotas está um dos maiores cemitérios mundiais.-----*

*Responder ao ciclo vicioso deste drama humanitário, que ceifa milhares de vidas todos os anos, passa pelo reconhecimento das insuficiências da política europeia, do falhanço da estratégia da Europa fortaleza, dos campos de detenção e das deportações em massa dos refugiados económicos e de guerra.-----*

*Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 30 de Abril de 2015:-----*

*Expressa o seu profundo pesar por este triste acontecimento e presta homenagem a todas as vítimas.-----*

*Os eleitos do Bloco de Esquerda,-----*

*Luís Miguel Santos-----*

*Paulo Sousa-----*

**Proposta de Recomendação ao Executivo - “Representação de todos os partidos com assento na Assembleia de Municipal em Atos Oficiais”-----**

- 1. Considerando que o poder local e os seus órgãos são a base da sustentabilidade da própria democracia no que toca à sua proximidade com as populações, fator cada vez mais importante atendendo ao elevadíssimo valor e peso da abstenção eleitoral nacional, no fenómeno que hoje assistimos de quase total desinteresse na vida política do país, por grande parte dos cidadãos.-----*
- 2. Considerando que a participação de elementos dos partidos políticos com assento nas respetivas Assembleias, deve ser fomentada e incentivada pelos executivos dos órgãos máximos do poder local, mesmo indo para lá do interesse demonstrado pelos mesmos.-----*
- 3. Considerando que as senhas de presença, do ponto de vista da bancada do Bloco de Esquerda, só fazem sentido com a efetiva participação dos eleitos em Assembleias Municipais, Comissões de Especialidade, grupos de trabalho específicos - com os respetivos representantes de cada bancada, mandatados pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----*
- 4. Considerando que o executivo Municipal, tem vindo a fomentar, pelo menos uma vez por ano, reuniões com base no **Estatuto de Direito de oposição**, lei 24/98, de 26 de Maio, as quais a bancada do Bloco de Esquerda, desde já, enaltece.-----*
- 5. Considerando que os **Atos Oficiais** Municipais, devem expressar a pluralidade político-partidária existente no Concelho e, como tal, não são, nem devem ser, como as chamadas revistas cor-de-rosa, em que as caras são sempre as mesmas, os discursos repetidos e as cores consoante a moda ou executivo em funções.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

6. Considerando que as representações partidárias não se podem cingir à classe dos reformados e desempregados, deste país, porque para lá de todos estes, existem ainda (apesar do ataque feroz deste governo) trabalhadores e trabalhadoras, com vínculos ou com possibilidade de estarem presentes nos **Atos Oficiais** ao abrigo do **Estatuto dos Eleitos Locais**.-----
7. Considerando que eventos como: inaugurações, exposições, debates e outras organizações de índole desportiva, recreativa, social e cultural no município, as quais têm desde patrocínio, estímulo, impulso, auxílio, financiamento e presenças de honra por parte de vereadores ou presidentes. Ou seja, os eventos que têm o que se poderá chamar de **Selo Municipal**, deverão ser, sem qualquer sombra de dúvidas, considerados **atos oficiais**.-----
8. Considerando que as convocatórias, para aplicação do **Estatuto dos Eleitos Locais**, têm de ser feitas sob a égide desta mesma Assembleia Municipal e do seu respetivo Presidente.-----
9. Considerando o enquadramento legal do **Estatuto dos Eleitos Locais**, lei 29/87, de 30 de Junho - Artigo 1º, ponto 2 e artigo 2º, alínea 4ª;-----

**Decreto-Lei n.º 29/87, de 30 de Junho** -----

**ARTIGO 1.º (Âmbito)** -----

**2 -** Consideram-se **eleitos locais**, para efeitos da presente lei, os membros dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias. -----

**ARTIGO 2.º (Regime do desempenho de funções).** -----

**4 -** Os membros dos **órgãos deliberativos e consultivos** são dispensados das suas funções profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, quando o exija a sua participação em atos relacionados com as suas funções de eleitos, designadamente em **reuniões dos órgãos e comissões** a que pertencem ou em **atos oficiais** a que devem comparecer. -----

**Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 30 de Abril de 2015, recomenda ao executivo municipal que:**-----

1. Passe a declarar, não como meros convites **Atos que deverão ser interpretados e considerados como Oficiais** e de convocação presencial aos representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal.-----
2. Passe a requerer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas, as convocatórias de um representante por partido com assento na Assembleia, para os **Atos Oficiais** atrás descritos;-----
3. Passe a enviar as referidas convocatórias atempadamente de forma a que seja possível aos representantes de todas as forças políticas a estarem presentes nos **Atos Oficiais**, informando atempadamente as suas entidades empregadoras em cumprimento obrigatório da legislação em vigor, de forma a que os mesmos possam usufruir de um direito legal consagrado na lei 29/87, de 30 de Junho, artigo 2º, alínea 4ª, "**dispensa das funções profissionais**"-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Os eleitos do Bloco de Esquerda,-----

Luís Miguel Santos-----

Paulo Sousa-----

Pela Bancada da **CDU** foi apresentado 1 documento: uma **Moção (Doc. nº 6)** sobre a “**Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!**”, que seguidamente se transcreve: -----

**Moção - “Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!”**-----

*“Considerando que os últimos cinco anos se caracterizaram por uma profunda degradação da qualidade e fiabilidade da oferta de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa. Que a política para os transportes assumiu como eixo estratégico a criação de condições para privatizar o sector, custasse o que custasse, o que implicou o maior aumento de sempre no preço dos transportes públicos, a maior redução da oferta de sempre e uma ofensiva brutal contra os trabalhadores e reformados das empresas públicas de transporte.*-----

*Considerando ainda que neste período, reduziram-se os salários, despediram-se trabalhadores, congelaram-se os investimentos e cortou-se na manutenção. Mas, pagaram-se as apostas especulativas com as swaps (mais de mil milhões de euros de perdas) e garantiu-se o pagamento crescente de juros (num total de mais mil milhões de euros nestas quatro empresas). Ou seja, as prioridades foram criar condições para privatizar e garantir as rendas dos bancos, dos especuladores e demais usurários.*-----

*Considerando que fica evidente ser necessário mudar de política e inverter as suas prioridades! As políticas para os transportes públicos devem ser orientadas para promover a crescente utilização dos transportes públicos – com ganhos ambientais, económicos e sociais amplamente reconhecidos – através de uma política de preços atrativa, da crescente intermodalidade da bilhética, do reforço da fiabilidade e qualidade do serviço, e de uma oferta adequada às necessidades.*-----

*Considerando que é preciso abandonar a obsessão neoliberal de tudo entregar à exploração capitalista, que como está demonstrado, se traduz sempre em custos acrescidos para o Estado, e prejuízo diversos para os trabalhadores e os utentes.*-----

*E ainda que, para permitir essa urgente mudança de políticas é fundamental travar o processo em curso de reestruturação da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa, que assenta na privatização da exploração comercial dos transportes públicos e de diversas outras componentes da operação destas empresas.*-----

*A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 2ª Sessão Ordinária a 30 de Abril de 2015, delibera:-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

1. Manifestar publicamente que:-----

• Lamentamos que o Governo tenha ordenado uma campanha publicitária de promoção da marca «Transportes de Lisboa», num momento em que os utentes sofrem as consequências dos cortes impostos pelo mesmo governo nas despesas com manutenção e pessoal das empresas, o que está a provocar supressões e atrasos sucessivos.-----

• Contestamos a separação dos Elétricos, Ascensores e Elevadores do Serviço Público de Transportes, contestamos que se destine estes meios de transportes em exclusivo ao sector turístico, contestamos a sua integração na Carris Tur, contestamos o processo anunciado de privatização da Carris Tur e contestamos que os lucros da Carris Tur deixem de contribuir para o sistema de transportes públicos.-----

• Contestamos a divisão do Metropolitano de Lisboa em três, infraestrutura, manutenção e exploração comercial, com as duas últimas destinadas à privatização.-----

• Contestamos a Parceria Público Privada em preparação para a Carris e o Metro, com o público a ficar com todas as despesas (juros, investimentos, pagamento de uma renda aos privados) e o privado a receber rendas garantidas, ficando ainda um conjunto de alçapões para permitir futuras negociações.-----

• Contestamos as implicações para os utentes incorporadas nos Cadernos de Encargos já conhecidos, pois não só se pretende manter as brutais reduções de oferta e aumento de preços, como se provoca o envelhecimento das frotas, que estariam «nas últimas» no final do prazo as concessões, sendo a única renovação garantida a do aumento anual de preços.-----

• Contestamos o aumento de impostos que viabilizará mais esta PPP, com o Governo a querer impor a aplicação de novas taxas e impostos municipais para financiar os pagamentos a realizar aos operadores privados.-----

• Denunciamos o aumento brutal de encargos para o Estado que estas PPP representariam, pois ao contrário daquilo que o Governo faz querer, as Parcerias Público Privadas para a exploração comercial do Metro de Lisboa e da Carris implicarão para o Estado um volume de compromissos financeiros muito superiores aos que hoje assume.-----

2.Exigir ao Governo o imediato cancelamento dos concursos para a subconcessão da Carris e do Metro de Lisboa bem como dos que prepara para a Transtejo e a Soflusa.-----

3.Exigir do Governo o imediato cancelamento do processo de reestruturação em curso nestas empresas e das privatizações aí incluídas.-----

A ser aprovada, enviar para:-----

1º Ministro; -----

Ministro da Economia;-----

Presidente da República;-----

Comissões de Trabalhadores das quatro Empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa) -----

Câmara Municipal de Odivelas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

Pela Bancada do **PS** foi apresentado 1 documento: um **Voto de Pesar (Doc. nº 7)** sobre o “**José Mariano Gago**”, que seguidamente se transcreve: -----

**Voto de Pesar - “José Mariano Gago”** -----

*“No passado dia 17 de Abril, os Portugueses em geral, e a comunidade científica de Portugal, da Europa e em todo o Mundo perderam um amigo, um bom amigo, José Mariano Gago.-----*

*Ao longo dos últimos vinte anos o Professor, o Cientista, o Político foi fundamental para o Conhecimento, para a Educação e para a Ciência, de Portugal, para a sua implementação, para a sua expansão e para a sua profissionalização.-----*

*José Mariano Gago não foi apenas um grande cientista, foi também um aluno brilhante ao mesmo tempo que integrava a resistência ao Estado Novo e foi desde muito jovem um político visionário, competente e dedicado que, enquanto ministro, mudou a educação e a qualificação científica em Portugal, e ainda, na área da Cooperação Internacional, colocou o País como membro de múltiplas organizações internacionais, como a ESA (o que possibilitou a Portugal ser uma nação que também explora o espaço) o CERN e o Observatório Europeu, entre outras.-----*

*José Mariano Gago morreu discretamente, como viveu. Os homens com obra não precisam de grandes epitáfios, nem de carpideiras. Mas merecem ser recordados com respeito e merecem que a obra que nos deixam seja preservada, lembrada e replicada.-----*

*Em homenagem a este homem, José Mariano Gago, que tão bem soube dar novos mundos à ciência portuguesa, ao mesmo tempo que aqui dentro a expandia e divulgava, a este homem cuja obra que nos lega, ninguém hoje tem duvida, que é património da cultura portuguesa, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em Sessão Ordinária de 30 de Abril de 2015, delibera:-----*

*Aprovar o presente voto de pesar e apresentar à sua família as mais sentidas condolências, em nome dos munícipes de Odivelas, transmitindo-lhe o teor deste voto de pesar.”-----*

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a admissão para discussão dos documentos acima apresentados tendo sido **Aprovados por Unanimidade**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

**Luis Salmonete, pela bancada do PSD**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve:

-----  
*"A interpretação da Lei 58/2008, que estabelece o regime do contrato de trabalho em funções públicas, não é clara e voltou a colocar-se quando sindicatos e câmaras municipais, juntas de freguesia e outros organismos autárquicos começaram a celebrar ACEEP com o objetivo de reduzirem o tempo de trabalho semanal das 40 para as 35 horas, em resposta ao novo regime do tempo de trabalho no Estado que entrou em vigor em Setembro de 2013.*-----

*O secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins, solicitou um parecer sobre a autonomia das autarquias para celebrarem acordos coletivos de entidade empregadora pública (ACEEP) com os sindicatos, sem a intervenção do Governo.*-----

*No artigo 347, a Lei diz que têm legitimidade para celebrar acordos coletivos de entidade empregadora pública os membros do Governo responsáveis pelas Finanças e Administração Pública, o que superintende o órgão ou serviço, bem como a entidade empregadora.*-----

*Mas enquanto a Direção- Geral da Administração e do Emprego Público, entende que a lei exige a intervenção cumulativa do Governo e da entidade empregadora e não apenas de uma.*-----

*Alguns autarcas e os sindicatos entendem que a autonomia do poder local vai no sentido de as autarquias poderem celebrar os ACEEP sem a intervenção dos membros do Governo.*-----

*O facto de ter sido publicado o primeiro ACEEP de uma câmara – a de São Roque do Pico, nos Açores – “deixou o Governo entre a espada e a parede”.*-----

*Independentemente do sentido do parecer em causa, a partir do momento em que se publicam acordos celebrados com as autarquias das regiões autónomas, não existe qualquer razão para que o Governo não tivesse viabilizado a publicação de todos os outros.*-----

*Face ao protesto generalizado de trabalhadores e autarcas, o Tribunal Constitucional publicou Acórdão considerando que o horário das 40 horas semanais apenas era aceite como limite máximo ao horário de trabalho, dando assim razão às autarquias que pretendem manter o horário das 35 horas semanais.*-----

*E neste sentido foram assinados mais de seiscentos ACEEP entre as autarquias e o STAL.*-----

*Não é muito, porque representa apenas cerca de 20% das autarquias, mas é de ter em atenção.*-----

*Mas o Governo passou a impor que os ACEEP incluíssem a adaptabilidade e o banco de horas, condicionando a sua assinatura à existência dessa inclusão.*-----

*Estas exigências do Governo mereceram a denúncia no último Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, reunido em março passado.*-----

*Não obstante, o município de Sintra, de maioria do PS, após recusar negociações com o STAL para assinatura de ACEEP sem adaptabilidade e banco de horas, assinou o ACEEP com sindicatos da UGT, integrando essas imposições do governo.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*E assim, Sintra, o segundo maior município do país, vem agora afirmar-se, como o primeiro município que assina o Acordo Coletivo na presença e com participação tutelar do Governo.*-----

*Com a adaptabilidade e banco de horas em Sintra, os trabalhadores poderão ver o seu horário de trabalho aumentar para as 11 horas diárias ou 55 horas semanais, a compensar quando interessar à autarquia.*-----

*Estes são factos sem qualquer juízo de valor.*-----

*Considerações políticas. Por um lado, como autarcas do PSD temos muitas vezes de ser solidários com autarcas de outros partidos e compreendemos a irritação daqueles que preferiam um acordo com o STAL em vez de um acordo com sindicatos da UGT.*-----

*Como militantes do PSD que somos, congratularmo-nos com esta decisão de Sintra que, certamente ponderou todos os prós e os contras.*-----

*E este prazer é redobrado por ser uma autarquia do PS na Área Metropolitana de Lisboa que é pioneira em aceitar a tutela do Governo.*-----

*Esperamos que haja outras autarquias que sigam este exemplo.*-----

*Até porque os bons exemplos são sempre de seguir."*-----

**José Carlos Pires**, pela bancada da **CDU**, proferiu um pedido de esclarecimento ao executivo no qual teceu algumas considerações sobre as escolas do concelho-----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve:----

*Comemorámos, há poucos dias, os 41 anos do 25 de Abril e os 40 sobre as primeiras eleições verdadeiramente livres e universais – a Eleição da Assembleia Constituinte em 1975.*-----

*Digo verdadeiramente livres, porque foi a primeira vez que todas as mulheres tiveram direito de voto no nosso País. 93 anos depois da Nova Zelândia que foi o primeiro país a garantir o sufrágio feminino.*-----

*Mas estamos hoje na véspera de comemoração do 1º de Maio, dia do Trabalhador. Há 41 esta data milhões de portugueses para as ruas de todo o País para "a grande manifestação de consagração do trabalho".*-----

*Mário Soares, no seu discurso nesse dia histórico, afirmou que: "No dia 25 de Abril as Forças armadas destituíram o governo fascista e colonialista de Marcelo Caetano. Mas foi hoje, foi aqui que nós destruímos o fascismo."*-----

*Com a Constituição de 1976 o Maio de Abril trouxe-nos o direito à dignidade da condição de trabalhador.*-----

*Direito à greve, direito à livre organização sindical, direito à proteção no trabalho, direito à contratação coletiva e também à proteção na condição de desemprego, o fim do trabalho infantil e a proteção na maternidade.*-----

*Mas o encanto este Maio que amadureceu em 1975, foi quebrado por uma política que aproveitou o chapéu da austeridade para desferir um violentíssimo ataque aos trabalhadores e trabalhadoras deste País.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Quem teve a oportunidade de ouvir ontem a entrevista de Silva Peneda, Presidente do Concelho Económico e Social e destacado militante do PSD (mas do PSD Social Democrata, entenda-se!) ficou esclarecido(a).-----  
As medidas tomadas durante este Governo, de liberalização e desregulação das relações laborais e de desmantelamento da contratação coletiva não eram da vontade dos parceiros sociais.-----  
E quando falo de parceiros sociais, falo de todos os parceiros sociais – Sindicatos e Patronato.-----  
Foram muitos os estragos causados para um cumprimento tão pobre dos resultados propostos.-----  
A tal mal fadada dívida, em nome da qual tudo parecia possível afinal não diminuiu, cresceu de pouco acima dos 90% do PIB para 130% do PIB. E não vale a pena acenar com bandeiras de juros mais baixos e de vislumbre de crescimento económico por que esses devem-se a outros.-----  
Ao BCE com taxas de juro negativas, à descida do preço de petróleo e à devolução de uma parte do salário dos funcionários públicos, imposta pelo Tribunal Constitucional.-----  
130% do PIB. Afinal, o maior mito do "ajustamento" é, ou não é a dívida.-----  
Dívida, austeridade, ajustamento. Os mitos de um País em que 400 mil jovens não estudam nem trabalham.--  
Portugal é hoje um dos 4 Países da EU com taxas de desemprego jovem mais elevadas. Mesmo com um nível de imigração apenas comparável com os anos 60 e 70. Mesmo com a frenética colocação de desempregados a fazer formações e mais formações perfeitamente desajustadas, apenas para os tirar temporariamente dos números do desemprego. Mesmo com a proliferação dos CEI, cujo Estado é o principal beneficiário.-----  
A título de exemplo, 50% do total do pessoal auxiliar colocado na Escola Secundária da Ramada provém deste tipo de contratos. Os mais precários dos precários a preencher necessidades de trabalho efetivas e permanentes no Estado.-----  
Quase metade dos desempregados não tem direito a qualquer subsídio de desemprego. Muitos deles casais com filhos, em que ambos perderam o emprego.-----  
Dívida, austeridade, ajustamento. A desculpa mais que perfeita para atacar a contratação coletiva e promover a precarização progressiva do mercado de trabalho.-----  
E são já hoje 1,8 milhões de portugueses, aqueles e aquelas que estão na malha da precariedade.-----  
41 anos depois daquele primeiro 1º de Maio, ser trabalhador volta a não sinónimo de não ser pobre.-----  
É esta a maratona descendente que hoje os portugueses e as portuguesas são hoje forçados a correr: a maratona do empobrecimento; a maratona da imobilidade social; a maratona da imigração.-----  
É certo que nestes 41 anos a realidade evoluiu, é certo que os estragos feitos em apenas 4 anos nos fizeram recuar décadas, é certo que muitos e difíceis desafios se colocam hoje ao mercado de trabalho.-----  
Mas é urgente fazer voltar a pintar Maio de cores vivas e fortes, com políticas que promotoras de crescimento sustentável e de equidade.-----  
É preciso voltar a valorizar a concertação social.-----





Assembleia Municipal de Odívelas

*[Handwritten signatures]*

*É preciso recuperar progressivamente o rendimento dos trabalhadores, atacar a precariedade, estimular a procura interna, estimular a atividade económica e a internacionalização das empresas.-----  
Os cenários macroeconómicos estão traçados e fundamentados de forma transparente.-----  
As reações mais ou menos descabeladas dos Partidos do Governo ao cenário macroeconómico apresentado pelo devem-se, tão só, a um fator decisivo.-----*

*Caiu a máscara. -----  
Caiu a máscara ideológica de quem chegou para colocar as classes sociais no lugar onde esta a maioria acha que deviam estar.-----  
Caiu a máscara ideológica de quem chegou para desregular as relações económicas e laborais, mas que tanto quer regular os costumes.-----  
Caiu a máscara da inevitabilidade a uma certa "miuçalha" quer tanto quis esconder ao que veio, com um "não há outra maneira".-----  
Maio maduro Maio, quem te quebrou o encanto nunca te amou. -----  
A Bancada do Partido Socialista, assim, saúda as trabalhadoras e os trabalhadores do nosso Concelho e do nosso País, em especial os trabalhadores e trabalhadoras da Câmara Municipal de Odívelas e das nossas 4 Freguesias."-----*

**José Maria Pignatelli**, pela bancada do **CDS/PP** proferiu uma declaração política acerca da zona histórica de Odívelas, tendo ainda apresentado um requerimento acerca do Plano Pormenor.-----

Pelas 15h04m, foram interrompidos os trabalhos.-----  
Pelas 15h42m, os trabalhos foram retomados.-----

Retomados os trabalhos usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção sobre a necessidade de alguns documentos serem entregues ao deputados municipais com mais tempo do que aquele que está previsto na lei. -----

**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD**, apresentou uma proposta de alteração ao documento n.º 2, sugerindo a alteração do título para "Provas de amamentação ilegais"-----



Assembleia Municipal de Odivelas

**Maria João Loya**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve:--

-----  
*"Ao anunciar no dia 28 de Abril, um acordo coletivo com uma estrutura da UGT que inclui mecanismos que ameaçam o direito ao horário de trabalho, o Presidente da CM Sintra, Basílio Horta, curvou-se perante a inaceitável chantagem do Governo, permitindo a sua ingerência na contratação coletiva.-----*

*O Presidente do Município de Sintra, Basílio Horta, eleito nas listas do Partido Socialista abdicando das competências próprias, aparece orgulhoso, a anunciar o "1º acordo coletivo" a ser viabilizado pelo Governo. Na verdade, o edil de Sintra não tem nenhuma razão para se orgulhar. O dito acordo tem como objetivo explorar o trabalho gratuito dos trabalhadores, agravando ainda mais as condições de trabalho e remuneratórias.-----*

*É por mais evidente que um acordo com a "adaptabilidade" e o "banco de horas" não garante o horário das 35 horas semanais e sete horas diárias uma vez que prevê, por via da adaptabilidade, a prestação de mais 4 horas por dia, que serão compensadas quando a autarquia mais lhe interessar. Deste modo, a jornada de trabalho aumentará para um máximo de 11 horas diárias e 55 horas semanais.-----*

*A conjugação destes dois mecanismos (adaptabilidade e banco de horas) coloca o trabalhador completamente à mercê do livre arbítrio do empregador, em qualquer período do dia, da semana ou do ano.--*

*É uma medida frontalmente contrária aos interesses dos trabalhadores, não só no plano do direito à organização da sua vida familiar e pessoal, ao descanso e ao lazer, mas também no plano económico, já que, o empregador deixa de pagar trabalho suplementar e por turnos, passando apenas a compensar hora por hora, quando entender ou lhe for mais conveniente.-----*

*Trata-se do regresso aos tempos em que o trabalhador estava a qualquer momento à mercê da vontade do patrão.-----*

*Lembramos que a introdução da "adaptabilidade e banco de horas" só é possível caso existam organizações (sindicais) dispostos a trair os interesses dos trabalhadores, e empregadores (eleitos autárquicos) que pretendam contribuir para o aumento da exploração.-----*

*Repudiamos a firme disposição para exigir a publicação dos ACEP's já celebrados, sem a adaptabilidade e banco de horas."-----*

-----  
**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção relativa ao documento n.º 6, que seguidamente se transcreve:-----

-----  
*"Não sabemos qual é o sentido de voto das outras bancadas relativo a esta Moção sobre os transportes apresentada pela CDU, mas pensamos não arriscar afirmando que o PS vai certamente votar contra, tendo em conta um documento do PS/FAUL que é a **PROPOSTA DE MODELO DE FINANCIAMENTO DO***



Assembleia Municipal de Odivelas

**SISTEMA DE TRANSPORTES DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**, que, entre outras coisas diz o seguinte:-----

O memorando da Troika é bastante pormenorizado no respeitante ao setor dos transportes, referindo aumentos de tarifas apenas para o sector ferroviário e a par de um conjunto de outras obrigações a assumir pelo Estado.-----

O Memorando da Troika fala na necessidade de ser adotado um «plano estratégico para: racionalizar as redes e melhorar as condições de mobilidade e de logística em Portugal; melhorar a eficiência energética e reduzir o impacto ambiental; reduzir os custos de transporte e garantir a sustentabilidade financeira das empresas».-----

É neste sentido que o PS/FAUL defende uma alteração de fundo na organização do sector empresarial dos transportes da área urbana de Lisboa e propõe uma fórmula de financiamento do sistema de transportes públicos, que **assenta na contribuição do governo, das autarquias, dos utentes e dos utilizadores de transporte individual**, numa perspetiva de incentivo à utilização dos transportes públicos e de rejeição de modelos de privatização, que não garantem a manutenção do serviço necessário e visam deixar no Estado apenas as linhas e as empresas deficitárias.-----

A presente proposta é elaborada a partir de dados disponíveis publicamente, reportados ao ano de 2010, adota um modelo semelhante aos existentes noutras cidades europeias (como Paris, Viena ou Barcelona), abrange as empresas que operam nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa a Norte do Tejo e considera a participação dos concelhos de Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.-----

O Sector Público Empresarial dos Transportes tem uma dívida total de 16,5 mil milhões de euros e é há muitos anos gerido exclusivamente pelo Governo.-----

Com a constituição da Autoridade Metropolitana de Transportes foram dados passos importantes que permitem agora evoluir para um modelo de gestão da mobilidade metropolitana com maior participação das autarquias – designadamente através do reforço da intervenção dos municípios naquela Autoridade.-----

A Autoridade Metropolitana de Transportes deve passar a efetuar o planeamento da mobilidade na Grande Lisboa, a definir os requisitos de serviço público, a participar na orientação da gestão e a responsabilizar-se pelo financiamento do sistema de transportes, incluindo as indemnizações compensatórias a pagar às empresas - pública e privadas - que garantam serviço público.-----

Para que o sistema de transportes e estas empresas possam funcionar é essencial separar a infraestrutura e a operação. A primeira deverá ser concentrada numa única empresa que gerirá a dívida no mesmo perímetro onde está hoje, ou seja, na administração central (recorde-se que esta dívida está na sua maioria garantida pelo Estado, encontrando-se registada por conta de avales e garantias do Estado), pelo que esta opção não tem qualquer impacto nas contas públicas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A Carris, o Metropolitano de Lisboa e as linhas da CP de Cascais, Sintra e Azambuja devem ser concentradas num único operador, ao qual se deverão juntar as empresas municipais de estacionamento. A titularidade desta nova empresa deverá passar para a autoridade metropolitana de transportes, onde os Municípios devem passar a ser maioritários.-----

Estas empresas apresentaram em 2010 resultados operacionais negativos de 28,8 milhões de euros, não consideradas as amortizações e retirados os fundos de pensões que devem transitar para a segurança social. A este resultado operacional devemos acrescentar 89,2 milhões de euros de indemnizações compensatórias pagas às empresas do sector (públicas e privadas).-----

(As empresas municipais de estacionamento apresentaram em 2010 resultados positivos, pelo que contribuiriam para o equilíbrio financeiro do sistema).-----

Fixamos assim em 118 milhões de euros as necessidades de financiamento do sistema de transportes da área metropolitana norte de Lisboa.-----

Para obter esta receita:-----

1. Os municípios abrangidos contribuem com a sua receita do Imposto Único de Circulação, que no ano de 2010 totalizou 43 milhões de euros.-----
2. O Estado por seu lado contribui com a sua parte de receita do mesmo imposto, que totalizou, em 2010, 41 milhões de euros.-----
3. Paralelamente, devem ser afetados ao financiamento do sistema de transportes 20 euros por metro cúbico de combustível rodoviário vendido em Portugal (2 cêntimos por litro), que totaliza uma receita anual de 155 milhões de euros, atribuindo 25% dessa verba ao sistema de Lisboa, ou seja, 38,75 milhões de euros.-----

Encontramos assim receitas de 122,75 milhões de euros, aos quais deve ainda acrescer uma parte das receitas das portagens cobradas na Área metropolitana de Lisboa.-----

Esta proposta tem data de 26 de setembro de 2011 e foi elaborada pela FAUL/PS.-----

É de facto interessante quando recorremos ao que alguns partidos disseram anteriormente e o que dizem agora.-----

Não tenham ilusões, o que se pretende agora é um controlo total dos transportes por parte da Câmara de Lisboa.-----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve:-----

-----  
"Os eleitos da CDU saúdam o Dia do Trabalhador, o dia 1º de Maio. -----

Saudamos também todos os trabalhadores portugueses, em especial os trabalhadores das autarquias.-----

Associamo-nos à luta da CGTP, Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses, na defesa dos seus legítimos direitos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Lutando neste Primeiro de Maio os trabalhadores portugueses lutarão por políticas e políticos honestos e verdadeiros.*-----

*Lutando neste Primeiro de Maio, os trabalhadores portugueses, em especial, os da Função Pública e da Administração Local, exigirão o respeito pelos seus direitos contratuais, nomeadamente o respeito pelo horário das 35 horas semanais e o respeito pelos ACEPS assinados com as autarquias.*-----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE** proferiu um pedido de esclarecimentos relativamente ao ponto 1 e 2-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foram colocados à votação os documentos supra mencionados: -----

**Moção (Doc. n.º 1) “Contra os tratados transatlânticos”**, foi colocado à **votação** tendo sido **rejeitada por maioria**, com os votos a favor do **BE** e **CDU**, votos contra do **PS** e **PSD** e abstenção do **CDS/PP**.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Pedro Martins**, **Lúcia Lemos**, das bancadas do **PSD** e da **CDU**, respetivamente foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

**Pedro Martins** - -----

*“A Bancada do PSD com assento nesta Assembleia Municipal votou contra a Moção “Contra os Tratados Transatlânticos” apresentada pelo Bloco de Esquerda pela seguinte exposição de motivos:-----*

*Não obstante os eleitos do PSD estarem, tal como o Bloco, apreensivos em torno de alguns aspetos destes acordos, com especial enfoque no acordo de parceria transatlântica de comércio e investimento, vulgo TTIP, discorda da visão dogmática e ideológica latente nos considerandos apresentados nesta moção. -----  
Discordamos igualmente da postura de diabolização do processo de globalização, de ostracismo ao poder económico, à perspetiva negativa em torno dos grandes espaços económicos, às multinacionais e grandes grupos económicos.*-----

*Nas negociações, que por definição devem ser espaços de discussão e debate, consideramos que devem intervir e participar o maior número de atores, incluindo as populações. Não obstante os governos nacionais e os órgãos da EU estarem dotados de legitimidade política e democrática para gerir este processo, a importância deste acordo de parceria impele-nos a defender que a participação das populações se justifica, assim como se justifica a devida informação do andamento das negociações por parte dos governos nacionais.*-----

*Mas são as conclusões e decisões que possam vir a ser tomadas pelos seus intervenientes, mormente pela União Europeia, que nos preocupam E preocupam porque nem sempre são suportadas atendendo às*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

especificidades dos seus estados membros, mas sim numa visão europeia e de grande espaço económico, social e político.-----

No que a Portugal diz respeito consideramos que o TTIP pode ser uma janela de oportunidade para as exportações do nosso tecido económico, porquanto, sendo as taxas alfandegárias reduzidas ou eliminadas pelo TTIP (um dos objetivos do acordo), permitirão reforçar a competitividade das exportações portuguesas para os EUA, com evidente vantagem para as empresas nacionais.-----

Com estes objetivos: eliminar ou reduzir taxas alfandegárias, eliminar barreiras ao comércio ou promover uma abertura recíproca do mercado de serviços entre o espaço europeu e os EUA, o TTIP promove respostas a um conjunto de questões que de alguma forma têm trazido litígios entre a EU ou alguns dos seus estados membros e os EUA.-----

EUA, que referem os estudos que suportam este processo é o 2º maior parceiro comercial da EU, representando 14% do comércio de bens, só ultrapassados pelas relações comerciais com a China. Para termos uma ideia em média diariamente transacionam-se bilateralmente cerca de 2 mil milhões de euros por dia em bens e serviços entre a EU e os EUA.-----

Assim atendendo aos objetivos do acordo em apreço, a janela de oportunidade que pode abrir para Portugal, ao circunstancialismo atual entre os EUA e a Europa, o PSD está atento mas não discordante.-----

Já sobre a moção, ainda que acompanhem o bloco num ou noutro aspeto, não advogamos na nossa praxis política uma visão da economia de forma dogmática e preconceituosa, que está latente no argumentário e considerando apresentados.-----

Por esse motivo votámos contra.-----

A Bancada do PSD"-----

**Lúcia Lemos** -----

"A bancada da CDU votou favoravelmente este documento porque o perigo das Multinacionais fazerem dos Estados meros executores das suas políticas.

No próximo ano 2016, os estudos já indicam, 1% da população mundial vai deter mais de 50% da riqueza mundial, ficando os restantes 99% na posição servil e dominada. A globalização trouxe algumas coisas boas para os povos, mas trouxe coisas muito melhores para as Multinacionais: o empobrecimento dos povos do mundo."-----

**Voto de Condenação (Doc. n.º 2) "Provas de amamentação ilegais", foi colocado à votação tendo sido aprovado por Unanimidade. -----**



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Pedro Martins, Eduarda Barros, Ilídio Ferreira**, das bancadas do PSD, do PS e da CDU, respetivamente, **Lúcia Lemos e Luís Salmonete** em nome individual, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

**Pedro Martins** - -----

*"As expressões inicialmente usadas neste voto de condenação não seriam as mais corretas em termos de linguagem e por esse facto suscitaram-me algumas dúvidas, agora que estão corrigidas estamos em condições de votar a favor este voto de condenação."-----*

*É de facto inconcebível que utilizem estes métodos para fazer prova de amamentação, apesar de estar convicto que estes factos aconteceram de forma pontual numa unidade hospitalar.*

*De qualquer modo é de condenar."-----*

**Eduarda Barros** - -----

*"Senhor Presidente-----*

*A bancada do Partido Socialista votou a favor deste voto de condenação porque partilha com o Bloco de Esquerda o mesmo repúdio por esta prática atentatória dos mais elementares direitos das mulheres e da sua dignidade, quer enquanto trabalhadoras, quer enquanto mães, quer enquanto cidadãs."-----*

*Disse"-----*

Presidente da União das Freguesias de Ramada e Caneças, **Ilídio Ferreira** - -----

*"Votei favoravelmente este documento pois nele protesta-se, contesta-se, condena-se que para fazer prova de amamentação se obrigue uma mulher a extrair de suas mamas, o seu leite, na presença de outra pessoa.- Considero uma ordem violenta, humilhante, fascistoide, pois entra no âmbito da intimidade da pessoa que é submetida a esta situação."-----*

*Quem obriga alguém a expor o seu corpo contra a sua vontade demonstra ter uma mente complicada, talvez com necessidade de tratamento psiquiátrico e ser um perigo para a comunidade a que pertence."-----*

**Lúcia Lemos** - -----

A presente declaração de voto não foi transcrita por não ter sido entregue nos termos do disposto dos números 2 e 3 do artigo 58º do Regulamento da Assembleia Municipal de Odivelas-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Luís Salmonete -

*“As expressões inicialmente usadas neste voto de condenação não seriam as mais corretas em termos de linguagem e por esse facto suscitaram-me algumas dúvidas, agora que estão corrigidas estamos em condições de votar a favor este voto de condenação.”*

*É de facto inconcebível que utilizem estes métodos para fazer prova de amamentação, apesar de estar convicto que estes factos aconteceram de forma pontual numa unidade hospitalar.*  
*De qualquer modo é de condenar”*

**Moção (Doc. n.º 3) “Pelo fim da discriminação de homossexuais pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação”, foi colocado à votação tendo sido Aprovado por Unanimidade.**

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, pela Bancada da **CDU**, foi apresentada **declarações de voto** que seguidamente se transcreve: -

**Lúcia Lemos** - A presente declaração de voto não foi transcrita por não ter sido entregue nos termos do disposto dos números 2 e 3 do artigo 58º do Regulamento da Assembleia Municipal de Odivelas

**Voto de Pesar (Doc. n.º 4) “Pelo Naufrágio no Mediterrâneo”, foi colocado à votação tendo sido Aprovado por maioria, com os votos a favor da bancada do BE e CDU, com os votos contra da bancada do PSD e com as abstenções das bancadas do CDS e do PS.**

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Eduarda Barros, José Maria Pignatelli, Pedro Martins e Ilídio Ferreira**, das bancadas do PS, CDS/PP, PSD e CDU, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -

**Eduarda Barros** -

*“Senhor Presidente,*





Assembleia Municipal de Odivelas

*O Partido Socialista foi, e é, pioneiro na defesa dos direitos dos imigrantes, no seu acolhimento e na produção de leis que favoreçam a sua integração. Fica por isso excluída qualquer tentativa especulativa de o PS concordar com qualquer forma de exclusão dos imigrantes. Dito isto é preciso clarificar que não vale tudo e que o Bloco de Esquerda, no entender desta bancada, não pode usar todos os meios, todas as linguagens para fazer aprovar textos que debaixo de um manto aparentemente inócuo, se encobrem objetivos que quase nunca são claros. Ainda assim, e porque a situação do mediterrâneo se está a tornar demasiado grave, a Bancada do Partido Socialista decidiu abster-se por não se rever na linguagem do texto apresentado pelo Bloco, embora partilhe a sua grande preocupação por o problema em questão.*-----  
*Disse”* -----

**José Maria Pignatelli** - -----

*“A minha abstenção não significa que não esteja preocupado com o que se passa no Mar Mediterrâneo com a fuga de dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças da guerra, da fome, da miséria. Acho mesmo que é uma angústia para todos os cidadãos de bom senso.*-----  
*Contudo, o Bloco de Esquerda insiste em utilizar uma forma escrita demasiado contundente e, em algumas passagens, perfeitamente desenquadrada com os temas, principalmente os mais universais. -----*  
*Também me absteve por que o documento tem imprecisões: acusa a União Europeia de falta de iniciativa e de ideias para a resolução desta situação verdadeira desumana e omite o que a maioria dos países da Liga Árabe promoveu no início deste século, ao manter os refugiados em campos a sul de alguns dos países do Magrebe, para que não pudessem estabelecer-se nas maiores cidades da costa mediterrânica destes países e eventualmente fugirem para países da União Europeia.”*-----

**Pedro Martins** - -----

*“O PSD solidário com a catástrofe que está a ocorrer neste espaço do mundo, considera que o documento apresentado pelo BE só é um voto de pesar no seu título. Ao analisarmos o conteúdo do mesmo verificamos que o bloco, aproveitou esta situação para expor, em formato de voto de pesar, o seu argumentário político e a sua visão sobre a europa e as suas relações com estes países, com a qual discordamos. Discordamos igualmente sobre a visão, conhecida do bloco, sobre a forma como os fluxos migratórios devem ser geridos.--*  
*Referimos no entanto que que não podemos ficar alheios a esta realidade. Entendemos que enquanto procuramos soluções, mais homens, mulheres e crianças morrem ou ficam reféns de redes de traficantes, unicamente porque são iludidos pelo sonho de uma vida melhor.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Mas também entendemos que, por muito grave que a situação seja, não podem os países europeus e a EU tomar medidas que possam trazer outro tipo de problemas posteriormente, quer para os seus nacionais quer para estas pessoas.*-----

*Defendemos assim que a solução passa obrigatoriamente por uma assunção europeia do problema, como sendo também seu, redefinindo no contexto dos seus estados membros um posicionamento coletivo diferente junto dos países de origem destas pessoas.*-----

*Defendemos que o problema está a montante, não a jusante e é nesse sentido que devemos, na nossa opinião, procurar rapidamente as soluções.*-----

*Não sendo o que expressa o voto de pesar e não tendo estado o bloco disponível a proceder às nossas propostas de alteração, que pretendiam retirar o caráter político do voto, votamos contra o documento.*-----

*A Bancada do PSD*”-----

Presidente da União das Freguesias de Ramada e Caneças, **Ilídio Ferreira** - -----

*“Votei favoravelmente este documento que protesta sobre o drama dos naufrágios de imigrantes para a Europa, por considerar que o que está a acontecer, é o resultado de serem originários de países ricos em matérias-primas, onde existem regimes ditatoriais e corruptos que se vendem aos países que, pela ganância, só lhes interessa o poder e o dinheiro, subalternizando o valor da pessoa humana.*-----

*São eles que dão suporte ao poder absoluto dos governos corruptos que se apoderam de tudo e nada deixam para o seu povo, não tendo estes por isso outra solução senão fugir – nova terra ou morte – é o grito de quem se arrisca desta forma.”*-----

Pelas 16h15m, verificou-se a saída da sala pelos Membros da Assembleia Municipal, Carlos Lopes e Susana Santos, respetivamente, pela bancada do PS.-----

**Proposta de Recomendação ao Executivo (Doc. n.º 5) “Representação de todos os partidos com assento na Assembleia de Municipal em Atos Oficiais”, foi colocado à votação tendo sido Rejeitado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, com os votos contra das bancadas do PS, CDU e PSD e com a abstenção da bancada do CDS/PP.** -----

Pelas 16h20m, verificou-se o regresso à sala por parte dos Membros da Assembleia Municipal, Carlos Lopes e Susana Santos, respetivamente, pela bancada do PS.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Paulo Sousa e Luís Salmonete**, pelas bancadas do BE e PSD, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

**Paulo Sousa** - -----

*"Muito obrigado, senhor Presidente.-----*

*Peço desculpa ter demorado tanto tempo, porque eu achava que talvez fosse natural que os partidos se quisessem justificar, do porquê de não. Não aprovarem, ou pelo menos absterem-se, em relação a uma coisa que eu não vejo onde é que poderá ter incongruências!-----*

*O Bloco de Esquerda apresentou esta moção e como tal votou favoravelmente a mesma.-----*

*Porque apenas quis apresentar dois pontos fundamentais:-----*

*Primeiro a questão legal. A aplicação direta do Estatuto dos Eleitos Locais, decreto de lei 29/87 de 30 de Junho e incluindo uma das coisas que nós enaltecemos e é o nosso ponto 4 na Fundamentação que é o Estatuto do Direito de Oposição, que muito bem o executivo tem feito, com as reuniões para discutir acima de tudo Orçamentos e Planos anuais.-----*

*Ou seja nós trazemos esta discussão apenas por dois lados.-----*

*Um lado que é a discussão legal, e sobre a discussão legal não vejo ninguém que tenha vindo, no mínimo dizer que está aqui alguma coisa ilegal, aqui a cima!-----*

*E segundo trazemos uma coisa muito importante, que é trazer um pouco da expressão da pluralidade político partidária que deveria existir no Concelho, deveriam existir nas Freguesias e deveria existir pelo país a fora!---*

*Infelizmente, as coisas não são assim que funcionam.-----*

*Funcionam consoante os executivos querem ou não querem que os outros apareçam de forma a que os executivos, mantenham as suas campanhas político partidárias durante o tempo em que são executivos e não durante o tempo de campanha eleitoral.-----*

*Muito obrigado-----*

*Pelo Bloco de Esquerda-----*

*Paulo Sousa" -----*

**Luís Salmonete** -----

*"Votámos contra esta Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda porque consideramos não estar contemplado na Lei a justificação de ausência em funções em entidades públicas ou privadas por atos de representação que não sejam os resultantes dos cargos exercidos diretamente, os seja, assembleias municipais e reuniões de comissões.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Reparem que há trabalhadores em empresas que exigem à câmara/assembleia a reposição dos vencimentos pelo tempo que os mesmos funcionários não estão ao serviço.-----*

*Se, por hipótese a maioria dos membros da assembleia municipal estivessem em representação e se esse tempo tivesse de ser pago, provavelmente originava um valor incomportável.-----*

*Daí o nosso voto contra.” -----*

**Moção (Doc. n.º 6) “Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!”**, foi colocado à votação, tendo sido Aprovado por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE e da CDU, com os votos contra da bancada do PSD e com a abstenção das bancadas do CDS/PP e PS. -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Galante**, da bancada do **PS**, foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

**Miguel Galante** - -----

*“Relativamente à moção apresentada pela CDU, a bancada municipal do Partido Socialista gostaria de começar por recordar que o PECIV foi chumbado no plenário da Assembleia da República com os votos da CDU alinhados com os partidos da Direita em 23 de março de 2011, pelo que a “profunda degradação da qualidade e fiabilidade da oferta de transporte público na Área Metropolitana de Lisboa” ocorrida nos últimos cinco anos a que alude o início do preâmbulo do texto da moção deve ser um equívoco, dado que o atual Governo que tem causado essa degradação entrou em funções em junho de 2011, portanto, há cerca de 4 anos.-----*

*Mas não é por esse motivo que o PS se absteve na votação desta moção. O PS está contra o processo de privatização em curso da exploração da Carris e do Metropolitano de Lisboa desencadeado pelo Governo PSD/CDS. Aliás, foi com esse propósito que o PS entregou no dia 6 de abril no Tribunal Constitucional um pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma do Governo que prevê a concessão dos transportes públicos de Lisboa – Carris e Metro, à operação e exploração por privados. Um elemento recente na contestação a este processo e que a CDU sectariamente ignora na sua moção.-----*

*Mais, a bancada municipal do PS apresentou no PAOD do dia 12 de março uma moção precisamente nesse sentido, em que no primeiro ponto do corpo deliberativo exigia ao Governo a suspensão imediata do procedimento concursal determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2015 para a subconcessão dos serviços públicos de transportes de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa SA e Metropolitano de Lisboa. Estranhamente, a CDU votou contra esta moção e*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

*agora no segundo ponto do corpo deliberativo da sua moção exige do Governo "o imediato cancelamento dos concursos para a subconcessão da Carris e do Metro de Lisboa", pelo que não percebemos a mudança de posição da CDU.*-----

*É por isso que o PS se abstém na votação desta moção, por discordar da visão errática da CDU, numa matéria em que a defesa das populações e dos trabalhadores destas empresas deveria estar acima dos interesses político-partidários.*-----

*Não obstante a abstenção da bancada municipal do PS nesta votação, o PS reitera a sua firme contestação ao processo de privatização em curso da Carris e do Metro de Lisboa."*-----

**Voto de Pesar (Doc. n.º 7) "José Mariano Gago",** foi colocado à votação, tendo sido Aprovado por Unanimidade-----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção relativamente ao documento apresentado pelo BE.-----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, apresentou uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"41 anos depois de Abril.*-----

*41 anos depois do primeiro 1º de Maio livre em Portugal.*-----

*40 anos depois das primeiras eleições livres em Portugal, onde as mulheres portuguesas puderam votar pela primeira vez num sufrágio, secreto, livre e universal, Abril continua por cumprir na sua plenitude para quase todos, mas sobretudo para as mulheres.*-----

*Ainda neste Portugal com 41 anos de liberdade as mulheres ganham um salário inferior aos homens.*-----

*Ainda neste Portugal com 41 anos de liberdade as mulheres cumprem a dupla e quantas vezes a tripla jornada, e são abatidas com tiros, que são tiros contra a liberdade.*-----

*Ainda neste Portugal, às mulheres esta vedado o acesso aos lugares do poder político nos órgãos de soberania em plena igualdade.*-----

*Em 25 de Abril de 1974 mulheres e homens inundaram o país de liberdade, mas hoje, mais do que nunca, a liberdade tem de passar por aqui, pois só há liberdade a sério, quando houver paz, pão, habitação, saúde e educação.*-----

*Quando couber ao povo o que o povo produzir.*-----

*No Portugal de hoje, a paz assenta no medo, o pão está negado, a habitação está penhorada, a saúde está privatizada e a educação vai ser municipalizada, mas contudo, não cabe ao povo o que o povo produz.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*Neste conjunto de perdas crescentes os mais desfavorecidos são os que mais sofrem, as crianças e as mulheres.*-----

*Hoje, mais do que nunca, a liberdade tem de passar por aqui e fazer destes nossos dias cinzentos o dia limpo e inteiro que aquela madrugada trouxe a Portugal.*-----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes.-----

-----  
*"Dada a Palavra à Sra. Presidente, e uma vez que as questões colocadas ao executivo foram residuais, respondeu de forma sucinta, dizendo que "a primeira intervenção foi uma declaração política sobre o OP, não posso deixar de dizer que distribuí nas vossas bancadas as brochuras que têm as normas do próprio Orçamento Participativo para tomarem a devida nota dessa mesma organização, acompanharem os calendários, caso queiram estar presentes nas sessões deliberativas, uma vez que como foi referido passámos para o PDM de 2ª geração, que passa de uma natureza consultiva para uma natureza deliberativa, e portanto é um salto qualitativo que queremos dar e que contamos obviamente com o apoio da Assembleia Municipal, aliás com a excelente conferência que deram, e que organizaram, e que saúdo".*-----

*Em relação à segunda questão colocada pelo PSD, sobre o ACEP, em relação ao concelho de Odivelas, a Sra. Presidente esclareceu que "optámos por ter um leque sindical muito alargado, envolver todos os sindicatos de todas as sensibilidades e isso só foi possível reconduzindo à questão específica das 35 horas semanais, portanto fizemos essa cerimónia, essa assinatura e devolvemos o mesmo para quem de direito". A Sra. Presidente informou ainda que o Sr. Secretário de Estado respondeu à CMO "para fundamentarmos o porquê das 35 horas e não das 40 horas", lembrando que "a média de horário da união europeia é 37 horas semanais, e portanto também não há fundamentação para as 40 horas". Acrescentou também que o seu entendimento é o de que as 40 horas "são inconciliáveis com a vida privada com a vida familiar e no tempo em que o desígnio nacional é a natalidade aqui está mais uma medida que acaba por condicionar essa vontade de democraticamente mudarmos o nosso país, para não ser o país mais envelhecido da união europeia, e portanto, neste domínio espero que prevaleça mais uma vez o bom senso e a sensibilidade para no fundo nos reconduzirmos a um horário que no fundo tenha no mínimo essa média da união europeia".*-----

*Relativamente às questões colocadas pela bancada CDU, a Sra. Presidente disse ter tomado "a devida nota em relação à Associação Mil Sorrisos", bem como no que diz respeito, ao dossier Prosalis, "que temos vindo a acompanhar", acrescentando que "algumas crianças já estão na Amovalflor, o acordo com a segurança social está também a aguardar assinatura e os últimos desenvolvimentos, e também já há 3 crianças na João de deus e no centro comunitário de Famões. Há ainda uma situação muito residual, mas obviamente também entendemos que a situação melhor era fisicamente manterem-se no mesmo local, veremos se com a associação mil sorrisos ou com outra associação, também temos outras IPSS que já se disponibilizaram para*



Assembleia Municipal de Odivelas

*assegurar a gestão do espaço que não é nosso, que não pertence ao município mas que é da Assembleia Distrital, acompanharemos esta questão com a sábia urgência e também preocupação, porque se trata de crianças e famílias especialmente carenciadas e como tal precisam do nosso apoio e acompanhamento presente com o qual não queremos faltar.”-----*

*Sobre a Praça Hermínio Estrela, a Sra. Presidente esclareceu que “tal como foi reconhecido foi uma obra que foi bem aceite pela população, um investimento de mais de 50.000€, do nosso último orçamento participativo, tomámos devida nota do que são as referências que fez sobre as entradas e saídas de viaturas, mas a verdade é que foi uma obra pedida pelas pessoas, e a sua reação à obra, à componente da ilimitação pública que é de grande qualidade e já com uma dimensão led, tem sido de facto de grande aplauso, em relação a essa mesma obra. Tomaremos a devida nota das entradas e das saídas mas a obra foi bem recebida pela população, com lugar para deficientes e com uma melhoria exponencial da higiene local naquele espaço e também da contentorização que foi muitíssimo melhorada”, concluindo afirmando que o espaço está devidamente requalificado.”-----*

*Relativamente à zona verde junto ao Casalinho da Azenha, a Sra. Presidente esclareceu que “é um terreno que está sobre a égide da Câmara Municipal da Amadora, Junta de Alfovelos, e também daremos a devida nota à freguesia sem fazer qualquer tipo de ingerência na gestão de outra autarquia, mas dando nota da reclamação sobre a degradação deste mesmo espaço”.-----*

*Relativamente à questão colocada pela bancada do CDS, a Sra. Presidente disse pensar “que foi o requerimento que colocou, sobre a questão do plano pormenor do Centro Histórico, no entanto posso desde já dizer que já foi entregue o estudo prévio do projeto, em fevereiro deste ano”, acrescentando que “estamos neste momento em apreciação interna e tudo tem a ver com as decisões que tomámos, também sobre o PDM”.-----*

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção esclarecendo que a sua anterior intervenção pretendia ser irónica. -----

**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD**, apresentou uma questão ao executivo sobre o orçamento participativo, solicitando esclarecimentos sobre a possibilidade de participação de associações.-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes.-----

*“Dada a palavra à Sra. Presidente, esta esclareceu que “o OP é destinado a cada munícipe do concelho que tenha mais de 16 anos e a proposta é individual, obviamente que uma associação ou um bairro, se quiser mobilizar, mobiliza, e haverá uma pessoa preponente que assuma a mesma proposta. Já aconteceu nos*



Assembleia Municipal de Odivelas

outros OP's, ou seja, a mobilização das associações acaba por ter retorno, aconteceu com o Jardim da Amoreira".-----

**Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da CDU**-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes.-----

*"Dada de novo a palavra à Sra. Presidente, lembrou que "na abertura deste ano letivo, este município investiu mais de 380.000€ em beneficiações escolares e não se esqueceu, obviamente, das escolas que tinham mais problemas, e não se esqueceu obviamente da Ramada e, por isso, a escola da Amoreira, caro presidente, dizer-lhe que a escola da Amoreira tinha uma biblioteca que foi convertida em sala de JI, uma remodelação importante para chegar às necessidades das crianças e dos pais", numa área necessitada no nosso concelho que é a área do jardim-de-infância, e portanto fez-se uma reconversão, adaptação e remodelação da escola da Amoreira". Quanto à declaração de voto que foi lida a Sra. Presidente afirmou que "a declaração de voto que o Sr. Presidente estava a ler é a declaração de voto das contas de 2014, aliás, nós nem estamos ainda na prestação de contas, estamos no PAOD, de qualquer modo essa referência à escola da Amoreira tem a ver com essa obra, com esse investimento, estive lá, na escola, lembro-me perfeitamente".-----*

**Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da CDU**-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs um minuto de silêncio pelos votos de pesar apresentados, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**.-----

## **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO --**

Presente para apreciação a "INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.-----





Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** propôs dado o adiantado da hora a abertura e fecho do presente ponto, com a passagem direta para o ponto 2, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

## **PONTO 2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DO ANO DE 2014** -----

Presente para deliberação, a proposta de “PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DO ANO DE 2014”, de acordo com a informação nº 2015/4323, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, de 2015-04-23, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto. -----

*“Dada a palavra à Sra. Presidente para a apresentação da prestação de contas de 2014, começou por dizer que este “é um documento sempre complexo que implica articulação entre vários serviços e que este ano estas contas trazem duas novidades”, relacionadas com a apresentação das contas dos SIMAR e com a questão da extinção da empresa Municipália, o que “implicou da parte do município, dificuldades acrescidas”, acrescentando que apesar disso foram cumpridos os prazos regimentais. Quanto às observações sobre o tempo reduzido para a apreciação destes documentos financeiros, a Sra. Presidente esclareceu que não foi “possível conseguir fazê-lo com mais antecipação, até porque como lhes digo foram mais complexos do que nos anos anteriores”.-----*

Pelas 18h03m, verificou-se a saída da sala pelo Membro da Assembleia Municipal, José Carlos Pires, pela bancada da CDU. -----

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Temos realçado ano após ano que os deputados e as deputadas nas Assembleias Municipais (pelo menos a sua maioria) não têm possibilidade nem tempo para analisar, mesmo de uma forma pouco profunda os vários relatórios que nos são apresentados e quando é o caso das GOPS ou da Prestação de Contas a situação agrava-se.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*E agrava-se ainda mais quando os documentos nos chegam em cima da hora.-----*

*É praticamente impossível consultar centenas de páginas e formar uma opinião que não seja só política.-----*

*Mas provavelmente não é isso que se pede à Assembleia Municipal e assim vamos unicamente tecer alguns comentários e chamar a atenção para alguns pontos.-----*

*Vamos começar pelo Relatório de Gestão:-----*

**RELATÓRIO DE GESTÃO:-----**

**PRÉAMBULO:-----**

**1 - A crise económica e financeira e o Poder Local-----**

*É verdade que o Poder Local tem vivido uma grande pressão ao nível financeiro não só devido à situação económica mas igualmente outros fatores que dificultam a atuação entre os quais a chamada Lei dos Compromissos.-----*

*Por outro lado a atualização do IMI permite à maioria dos municípios obterem mais receita.-----*

*Alguns municípios têm taxas mais elevadas por imposição legal ou por opção, outros como Lisboa têm taxas mais baixas e ainda devolvem uma percentagem do IRS aos seus municípios.-----*

*A alegada solidariedade institucional que nos obriga a encargos superiores a 3 milhões de euros, nos próximos 7 anos resulta de uma Lei de Finanças Locais do PS, que não altura criticámos e que agora está a ser aplicada. -----*

*É bom que não nos esqueçamos deste facto.-----*

**2 – De receita e da Despesa-----**

*Registamos na receita um aumento significativo na ordem dos 7 milhões de euros que foi parcialmente anulado pelo aumento da despesa na ordem dos 14%.-----*

**3 – Grandes Opções do Plano e Demonstração de resultados-----**

*Verifica-se que as Funções Sociais são as mais representativas, com um peso total de 33%, mas longe daquilo que por vezes se anuncia nas GOPS, e este aumento tem a ver com questões ligadas ao saneamento. -----*

*Segundo se pode ler executaram-se nas Grandes Opções do Plano mais 7,7 milhões de euros comparativamente ao período homólogo do ano anterior.-----*

*Há uma diminuição da dívida a médio e longo prazo de quase 5 milhões.-----*

*Há um resultado líquido do exercício de 1.820,467,16.-----*

**4 – Recuperação Financeira-----**

*Apesar do aumento da receita e da despesa e apesar da situação económica verifica-se uma redução total da dívida do município em cerca de 7 milhões de euros.-----*

*O que nos leva a concluir que há muito pouco investimento e que estamos concentrados em diminuir a dívida, o que não é mau, mas é uma conclusão óbvia que retiramos deste preâmbulo.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*Ou seja, estamos a reduzir fortemente a dívida apesar de todos os constrangimentos apontados, mas isso não afeta a nossa atividade, porque se por um lado ela é reduzida, por outro lado há um manifesto aumento da receita.*-----

**A seguir ao preâmbulo temos:**-----

- 1. INTRODUÇÃO;**-----
- 2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL;**-----
- 3. RECURSOS HUMANOS.**-----

*Estes temas não vamos abordar por falta de tempo, mas temos a seguir:*-----

#### **4 - SÍNTESE DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS**-----

*Nesta síntese das atividades municipais temos algumas questões a colocar nalgumas áreas.*-----

##### **4.1 INICIATIVAS PARA OS TRABALHADORES**-----

*Nada a comentar*-----

##### **4.2 PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS**-----

*Nada a comentar*-----

##### **4.3 EDUCAÇÃO**-----

*Nada a comentar*-----

##### **4.4 SAÚDE**-----

**- Programa Municipal de Sexualidade Saudável – Ateliês sobre afetos;**-----

**Esta é o primeiro esclarecimento que pedimos porque o texto diz o seguinte:**-----

*No âmbito da Agenda da Saúde 2014, do ciclo de ateliês sobre a temática dos afetos e sexualidade, para crianças com 5 anos dos JI das IPSS infância, visando abordar esta temática de forma prática e lúdica, fazendo uso de técnicas expressivas e participativas.*-----

**Afetos e sexualidade para crianças de 5 anos, abordando esta temática de forma prática e lúdica?**

**Deve haver de certeza qualquer engano, mas é preciso ter cuidado com as palavras.**-----

##### **4.5 SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL**-----

*Nada a dizer.*-----

##### **4.6 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**-----

**- Portugal Maior;**-----

**- Universidade Lusófona – Propostas de acordos de colaboração;**-----

**- Projeto "Go Local – por uma cidade sustentável";**-----

**- Smart Ageing;**-----

**- Orçamento Participativo;**-----

**E aqui o Relatório diz o seguinte:**-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"A Câmara Municipal de Odivelas vai realizar mais uma edição do Orçamento Participativo, enquanto mecanismo da democracia participativa, que permitirá aos munícipes intervir de forma informada a responsável no processo governativo Local.-----

Em 2014 projeta-se a realização de um orçamento participativo jovem, dirigido especificamente à população jovem, de um orçamento participativo sénior dirigido à população idosa, bem como do orçamento participativo, direcionado para a restante população do concelho".-----

**Então, este não é um Relatório sobre as atividades de 2014?**-----

O que está mencionado é apropriado para um Plano de Atividades e não para um Relatório, porque afinal não se fala em concretização de objetivos.-----

Mas o que mais surpreende nesta parte do Relatório é que sendo este ponto sobre o Ordenamento do Território só se mencionam iniciativas de menor importância.-----

Não há uma palavra para o PDM, quando no ano passado tanto se discutiu este tema.-----

Também não há uma palavra sobre o desenvolvimento na Vertente Sul e para a legalização dos bairros de génese ilegal.-----

O que é que há de mais importante no Ordenamento do Território neste concelho?-----

#### **4.7 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO TERRITÓRIO**-----

Nada a dizer-----

#### **4.8 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS**-----

Nada a dizer-----

#### **4.8 DESPORTO**-----

Neste Relatório o Desporto é a área que tem mais iniciativas, o que é de saudar em contrapartida de áreas que pela sua importância deveriam estar mencionadas e não estão.-----

No entanto pretendíamos um esclarecimento:-----

- Odivelas Box Cup. Pensamos que está mal escrito e que se querem referir ao boxe.-----

Uma parte importante deste Relatório é a **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**-----

Em primeiro lugar não resistimos a fazer uma comparação entre este documento e a Auditoria às Contas dos SIMAR de Loures e Odivelas 2014 e este documento.-----

É evidente que são documentos que procuram objetivos diferentes mas enquanto o parecer relativo às contas do SIMAR aponta caminhos com outra clareza (por isso é que tem algumas dezenas de páginas) e diz claramente aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito, a PKF tem pouco mais de duas páginas com as mesmas banalidades, ou seja no seu ponto 6 diz o seguinte:-----

"Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável par a expressão da nossa opinião".-----

O que é uma base aceitável?-----

Foram fornecidos todos os elementos para uma análise correta?-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Os documentos fornecidos foram suficientes para um parecer aceitável – Quer isto dizer que faltaram documentos para lá da valorização do inventário?-----

**No Ponto 7 – Reserva**-----

Continuam a manter-se as incertezas e só agora em 2015 é que irá ser constituída uma Comissão da Avaliação a qual terá como objetivo, designadamente, efetuar uma correta valorização para os bens que atualmente estejam a zero, tendo em conta o preconizado no POCAL para este efeito.-----

Mas, há quantos anos é que está em vigor o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais? -----  
Só agora é que vai ser constituída uma Comissão para efetuar uma correta valorização para os bens que atualmente estão a zero? -----

Esta é uma questão que é levantada já há uns anos nesta assembleia municipal, e para a qual ainda não tivemos resposta.-----

Agora uma pequena nota para registar que o prazo para pagamento a fornecedores ainda continua a ser elevado.-----

Uma segunda questão tem a ver com o limite ao endividamento que, conforme podemos verificar é de 84 milhões de euros e a pergunta que se coloca é a de saber se o valor de 18 milhões de euros, há muito reclamado pelo município pela instalação, está englobado neste valor?-----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: ---

“No item 8.2.22 – Dividas de terceiros de cobrança duvidosa vem, mais uma vez referido, tal como no relatório de 2013 e dos anos anteriores um montante de mais de 2,8 milhões de euros.-----

É referido também (tal como vinha referido em todos os relatórios anteriores) que este montante se refere à dívida dos SMAS relativa às receitas de águas residuais, cobradas aos munícipes de Odivelas entre 2002 e 2006 e que a CM Odivelas teve de suportar os encargos com o tratamento das águas residuais dos seus munícipes.-----

Refere também que a presente dívida se encontra em processo de negociação.-----

A questão que colocamos é:-----

Uma vez que a CM Odivelas deixou de ser mero “cliente”, esta não será uma questão que pode ser resolvida rapidamente?-----

É que a redação é a mesma dos anos anteriores.-----

Além disso entre 2012 e 2013 registou-se uma diminuição do montante em cerca de 200 mil euros. De 2013 para 2014 diminuiu só 20 mil euros.-----

Para além do mais dá “mau aspeto” (para não classificar de outra forma) termos no relatório e contas, esta terminologia, com uma entidade da qual a CM Odivelas é parceira.”-----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
**António Ramos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, relativamente ao presente ponto e que será transcrita em ata-----

-----  
Presidente da União das Freguesias de Ramada e Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, questionou se a obra referida pela Sra. Presidente da Câmara diz é a mesma que a junta de freguesia fez na escola.-----

-----  
**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção dirigida à Sra. Presidente da CMO, no sentido de saber quais os gastos com o pessoal do município, designadamente sobre quantos contratos existem ----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes.-----

-----  
*“Quanto aos pedidos de esclarecimento colocados ao executivo municipal, a Sra. Presidente esclareceu as questões relacionadas sobre as GOP's e sobre o ordenamento do território, dizendo que em relação às GOP's foi feita a leitura correta, e que “em relação ao ordenamento do território, a verdade é que o relatório de gestão acaba por ter apenas as iniciativas ou ações e não tanto algum trabalho de fundo”, e que, esse sim, “vem de forma mais descritiva na informação à Assembleia Municipal”.*-----

*Relativamente à questão das observações da certificação de contas, a Sra. Presidente esclareceu que são “expressões, digamos, quase universais” e que “em qualquer relatório aparece esta questão, portanto eu acho que eles fazem paste copy dos relatórios uns dos outros, mas nada faltou à nossa entidade que faz esta certificação de contas, e portanto estão em permanência na nossa divisão financeira, tudo aquilo que é documentação disponível, que nos é solicitada e até a que não é solicitada, numa ótica de toda a transparência”.*-----

*No que respeita à questão relacionada com a Comissão de Avaliação, a Sra. Presidente esclareceu também que “foi um processo mais moroso do que gostaríamos que fosse, mas agora sim, temos a nossa relação de bens móveis e imóveis perfeitamente já inventariada, esta Comissão de Avaliação vai, acima de tudo, concluir e desenvolver ainda um conjunto de procedimentos que são necessários para o absoluto rigor e certeza”.-----*

*Em relação à questão relacionada com o limite do endividamento, a Sra. Presidente esclareceu igualmente que os 18 milhões foram colocados como receita potencial e que ela aparece relevada nos orçamentos sucessivos, dizendo que esta “é uma opção que temos vindo a adotar, sabendo nós que se desistirmos dessa opção parece que também estamos a reconhecer que já perdemos, ainda temos algumas expectativas, nada tem a ver com o cálculo da margem de endividamento que é feita com outro tipo de fórmulas, e como verificaram tem vindo a crescer essa margem, não a queremos utilizar, poderíamos ter empréstimos de curto*



Assembleia Municipal de Odivelas

*prazo ou médio prazo, fazer mais obras ou outro tipo de iniciativas, mas entendemos que com a banca queremos neste momento é pagar e não queremos contrair novos empréstimos a não ser para componentes, ou de habitação social, ou de reabilitação, com condições devidamente especiais".-----*

*Sobre as questões relacionadas com o valor dos 2,8 milhões de euros, a Sra. Presidente esclareceu que tal valor tem que permanecer, pois, "foi o acordo de pagamentos que foi regularizado, que de um ponto de vista contabilístico, tinha que aparecer nas contas de 2014", acrescentando ainda que não "poderíamos omitir, mas obviamente o nosso relacionamento dessa parceria está bem está de saúde, mas do ponto de vista de contas tínhamos que o fazer e que o relevar".-----*

*Quanto às áreas verdes a Sra. Presidente disse que haveria a oportunidade "de voltar a visitar as áreas, de facto as medições de áreas verdes podem ter aqui alguns desfasamentos, nós baseamos as nossas medições através do nosso serviço de informação geográfica do SIG, que faz uma análise de natureza cartográfica. Pode haver entre o nosso SIG e as vossas medições algum desfasamento, estamos disponíveis para fazer esse encontro, de medições". Quanto às fontes luminosas acrescentou que "vão ter resolução nesta mesma revisão, verificámos que a solução que tínhamos não era a melhor, queremos que elas estejam bem, a funcionar e não cabe às juntas fazer essa manutenção".-----*

*Quanto aos assuntos relacionados com o pessoal a Sra. Presidente esclareceu que "tão cedo quanto possível responderemos às questões dos gastos com pessoal, aliás eles estão referidos no relatório de gestão, têm lá a referência àquilo que foi a nossa massa salarial, as rubricas onde houve mais despesa corrente, aquisição de serviços e massa salarial". Afirmou ainda que "temos vindo até a reduzir pessoal, a cumprir a rácio da redução dos 2%, há inclusive agora até menos trabalhadores, e temos uma percentagem de mais de 90%, com vínculo, reduzindo o trabalho precário que era algo que nos preocupava", e que se "se comparar a rácio do número de habitantes, versos número de funcionários Odivelas, tem uma situação de perfeito equilíbrio em relação ao que gasta com recursos humanos". A Sra. Presidente esclareceu também que a "nossa massa salarial é uma massa qualificada, mais de 30% das pessoas têm licenciatura, logo essa qualidade também tem de ser paga, e ainda bem que somos qualificados, porque isso permite-nos também ter muita massa crítica e ter muitos projetos e iniciativas que são feitos por nós", e que assim, "temos na prata da casa essa mesma qualidade".-----*

*Relativamente à questão dos SIMAR, sobre os custos de cancelamento do concurso, a Sra. Presidente disse não ter "ainda a informação fechada em relação às empresas que reclamaram, nomeadamente, reclamaram o pagamento do caderno de encargos, que é algo que acontece quando o concurso é anulado, não tenho ainda os valores finais".-----*

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, proferiu um pedido de esclarecimento à Sra. Presidente da Câmara, relativamente a quantos contratos existem no município e em todos os serviços municipais, incluindo os SIMAR-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

-----  
**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, relativamente ao presente ponto e que será transcrita em ata -----

-----  
**António Ramos**, pela bancada do **PS**, teceu considerações sobre o ponto em apreço. -----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes.-----

-----  
*“Quanto à questão colocada, relativamente a contratos de inserção profissional, a Sra. Presidente informou que, regra geral, não é costume recorrer a essa figura e que “neste momento temos apenas um carpinteiro, no total da câmara municipal, no departamento de obras municipais”. Acrescentou ainda que os SIMAR têm 25 trabalhadores, “uma parte deles está no concurso dos 45 trabalhadores, que vão entrar para os resíduos sólidos, portanto, concorreram.”*-----

-----  
O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD, os votos contra das bancadas do BE e da CDU e a abstenção da bancada do CDS/PP.**

-----  
Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Maria Pignatelli, António Ramos e Armindo Fernandes**, da bancada do **CDS/PP, PS e CDU**, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata.-----

-----  
**José Maria Pignatelli** - -----

*A prestação de contas que aqui se votará dentro de minutos é o resultado do exercício orçamental de 2014, consequência de um Orçamento e Grandes Opções do Plano concretizado em opções políticas que não são as nossas.*-----

*De qualquer modo, esta prestação de contas mostra resultados positivos:*-----

- I. Pela 1ª vez, conseguiu-se uma melhor taxa de execução em 76,8%, mais perto do desejável, dos 85%, ainda que isto tenha sido conseguido pelo aumento da receita em mais de 7,2 milhões de euros, ou seja 12,6% relativamente ao obtido em 2013;*-----
- II. Reduziu-se a dívida em mais de 7,1 milhões de euros, com principal evidência para os compromissos do município com fornecedores: uma diminuição de 5 milhões de euros.*-----





Assembleia Municipal de Odivelas

Mas este documento expressa que o maior sucesso da execução se fica a dever ao incremento dos impostos, sobretudo dos impostos diretos cuja taxa de desempenho se fixou em 108,8% relativamente às previsões.-----

Ora comparando com o que sucedeu em 2013, o acréscimo da receita fiscal foi quase de 5% face às expectativas iniciais de onde sobressaem o Imposto Municipal de Transações com uma evolução da cobrança de 141,3%; o Imposto Único de Circulação com 112,6% e o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) que atingiu os 101,2%.-----

Estes impostos correspondem a quase 41% do total global da receita. Em Odivelas, o Partido Socialista ganha com o que tanto critica o governo: com a obtenção da receita fiscal em crescendo.-----

Assim, temos as receitas correntes a serem executadas em 102,7%, enquanto as receitas de capital se ficaram em quase 5,4%. Importa perceber que os proventos correntes subiram 16,8% em contraste com a diminuição nas receitas de capital, em 65,6%.-----

Esta prestação de contas revela que apenas foram investidos 15,5% do orçamento aprovado para 2014: muito pouco para o desenvolvimento do concelho de Odivelas.-----

Não posso também deixar de evidenciar que persiste, mais uma vez, a ausência do inventário do Património Municipal, também ela salientada, novamente, pelo Revisor Oficial de Contas. Como temos referido repetidamente, este facto pode motivar discrepâncias relativamente aos Fundos Próprios na rubrica Património e Resultados Transitados.-----

Por último, subsiste a incapacidade do município em obter fluxos que paguem os custos operacionais que continuam negativos.-----

E termino lamentando que a documentação relativa à Prestação de Contas tenha sido distribuída a apenas dois dias e meio úteis desta sessão da Assembleia Municipal: Se é certo que não foi cometida nenhuma ilegalidade, não será menos verdade que é muito pouco tempo para se fazer uma análise capaz e minimamente competente dos documentos em causa.-----

**António Ramos** -----

“A exemplo dos anos anteriores, 2014 continuou a ser marcado por uma excessiva austeridade.-----  
Austeridade, que não resolveu nenhum dos problemas do País, bem pelo contrário, está a conduzir o País para uma situação cada dia mais grave.-----

Os responsáveis da coligação de direita que nos desgoverna, querem fazer passar a ideia que está tudo bem, estará tudo muito bem, e mais, dizem-nos que estamos com os cofres cheios.-----

Os cofres, mas que cofres, poderão estar cheios, mas a realidade que conta é que cerca de 2 milhões de portugueses se encontram no limiar da pobreza.-----

Estes são dados do INE.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Mas perguntamos, se está tudo bem, se está tudo a correr tão bem, porquê continuar com a mesma política de austeridade até 2019 conforme previsto no Plano de Estabilidade e Crescimento e tomem lá, no Plano Nacional de Reformas.-----

Infelizmente, todos o sabemos a realidade é bem diferente.-----

Como resultado desta política também o poder local tem vivido e vive com grandes dificuldades.-----

As transferências do OGE têm vindo a diminuir de ano para ano. -----

Só no ano de 2014 a CMO recebeu do OGE, menos 1,7 milhões de euros em transferências correntes e de capital.-----

E que dizer das novas imposições aos Municípios de que é exemplo o Fundo de Apoio Municipal, Fundo que trará a Odivelas encargos superiores a 3 milhões de euros em apenas alguns anos.-----

Nesta situação, a atividade municipal durante o ano de 2014 desenvolveu-se com fortes condicionalismos e enormes dificuldades, com consequências naturais em toda a sua atividade e naturalmente nos objetivos pretendidos e programados.-----

Mas, e a exemplo dos anos anteriores, com uma gestão rigorosa, mas também com alguma contenção, tem sido possível continuar com a concretização de alguns projetos nas diversas áreas da atividade municipal.-----

Foi assim na área social, no espaço público, no ambiente, na educação, na cultura e de que são exemplos:---

Os apoios à Cedema, e à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Santo Adrião.-----

A manutenção das três refeições diárias, pequeno-almoço, almoço e lanche, às crianças do 1º. Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância.-----

A oferta dos manuais escolares a todas as crianças do 1º. Ciclo do Ensino Básico.-----

As intervenções efetuadas na EB1 Prof. Maria Costa, na Ramada, na EB1 da Amoreira e na EB1/JI do Casal da Serra, em Famões.-----

A manutenção das taxas de IMI nos 0,375%, taxas de IMI onde Odivelas pratica das mais baixas taxas da AML, uma pequena grande ajuda para muitas famílias.-----

Srs., Deputados é sempre bom recordar a alguns dos presentes as taxas de IMI que se praticam em Odivelas.-----

A isenção da Derrama, uma ajuda às empresas que se queiram instalar no Concelho ou que criem novos postos de trabalho.-----

A reabilitação do património com a candidatura ao programa Portugal 2020, e já aprovadas pelo IRHU, da reabilitação da Quinta do Espírito Santo, da Quinta das Águas Férreas e da Fonte das Piçarras para a construção do Centro Interpretativo das Águas de Caneças. -----

E porque para nós é importante, é fundamental, o Equilíbrio Económico-Financeiro do Município continuou a ser uma preocupação constante.-----

E este equilíbrio terá que passar sempre pela diminuição da dívida existente - e como tem diminuído a dívida.

Em 2014 baixou, diminuiu em mais de 7,1 milhões de euros. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Do ponto de vista orçamental, o aumento na receita foi significativo, tendo-se registado um aumento de 7,2 milhões de euros, um aumento de 12,6%.-----*

*Aumento na receita que permitiu um aumento na despesa de 13,9%, ou seja 7,8 milhões de euros, tendo-se mantido o esforço de redução da despesa corrente, através de um maior controlo.-----*

*A execução orçamental a atingir os mais altos valores de execução tanto do lado da receita como do lado da despesa.-----*

*Analiseemos mais em pormenor a estrutura da receita e da despesa e falemos de números pois estes são sempre importantes.-----*

*O total da receita foi de 65,176 milhões de euros, a que corresponde uma execução orçamental de 76,8%.----*

*Para este bom resultado contribuiu um aumento superior a 16,8% em receitas correntes e pelo lado negativo uma menor cobrança em receitas de capital com uma diminuição de 65,6%, representando a receita corrente 98,4% do total da receita.-----*

*Para o bom desempenho da receita corrente, de destacar a execução dos impostos diretos, com o IMI, o IUC, o IMT e a Derrama em lugar de destaque, com execuções superiores aos 100%.-----*

*De destacar também os Rendimentos de Propriedade com uma variação positiva de 214,9%, uma receita de 10,2 milhões de euros.-----*

*Em sentido contrário de salientar os Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades com variações negativas de 34,2% e 21,4%.-----*

*A despesa apresenta-nos uma execução orçamental de 75,9%, com a despesa corrente a apresentar uma execução de 85% e a de capital a situar-se nos 50,6%, tendo atingido os 64,4 milhões de euros.-----*

*Na despesa corrente de destacar a Aquisição de Bens e Serviços, 23,8 milhões de euros, 37,1%, vindo a seguir as Despesas com o Pessoal, 22,7 milhões de euros, 35,3%. Verificamos um decréscimo de 5% nas despesas de pessoal e um acréscimo de 10% em Aquisição de Bens e Serviços.-----*

*As transferências para as Juntas de Freguesia, com um total de 4,1 milhões de euros, registam um aumento de 13,6%.-----*

*De destacar no lado da despesa o investimento em Aquisição de Bens de Capital, com uma execução na ordem dos 2 milhões de euros.-----*

*Falámos há pouco na dívida do Município.-----*

*Em 31 de Dezembro de 2014 a dívida total do Município, o seu passivo, situava-se nos 33,6 milhões de euros, sendo que 62,4%, 20,9 milhões de euros era de médio e longo prazo e 37,6%, 12,6 milhões de euros é dívida de curto prazo.-----*

*Estes números indicam uma diminuição da dívida em 7,1 milhões de euros, sendo que 4,9 milhões de euros se referem a dívida de médio e longo prazo e 2,1 a dívida de curto prazo.-----*

*Dívida que, como todos sabemos, no presente é já bem menor, sendo de destacar a diminuição da dívida aos nossos fornecedores, que, esperamos, em breve podem vir a ser pagos a muito curto prazo.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Se o Passivo diminui, ao contrário o Ativo Líquido valorizado em um pouco mais de 196 milhões de euros, regista um aumento de 7,8 milhões de euros, resultado do processo de validação de terrenos e infraestruturas classificadas em bens de domínio público.-----*

*Em relação às Grandes Opções do Plano, as Funções Sociais continuam como as mais representativas apresentando um total executado de 33%, e um acréscimo de 61,7%.-----*

*Na atual situação, esta é uma prioridade que entendemos se deve manter e se possível ser reforçada.-----*

*Grandes Opções do Plano com um acréscimo de 23% e uma execução de mais 7,7 milhões de euros,-----*

*Estes resultados incluem os custos com todo o processo de extinção da Municipália EM., empresa extinta por decisão superior.-----*

*Incluem também a verba de 3,078 milhões de euros e referentes ao Fundo de Apoio Municipal.-----*

*Se analisarmos a Demonstração de Resultados verificamos que o Município de Odivelas gerou no ano de 2014 um Resultado Líquido do Exercício de 1.820.267\$16.-----*

*Se Senhor Presidente, senhores Deputados, -----*

*Muito tem sido feito, e se muito tem sido feito, reconhecemos que há ainda setores a necessitar de intervenção.-----*

*A CMO vive hoje uma melhor situação financeira, estável, pelo que talvez seja a altura para olhar para esses setores.-----*

*Estes resultados demonstram que é possível, que é viável, com muito rigor e com muito trabalho continuar a melhorar a qualidade de vida de todos os Municípes do Concelho de Odivelas.-----*

*Qualidade de vida em Odivelas, hoje a ser conhecida e reconhecida publicamente como o comprovam os diversos prémios obtidos e atribuídos por diversas entidades e que aqui não poderemos deixar de lembrar:---*

*O Prémio Inclusão e Literacia Digital atribuído ao Projeto " SEI - Ser Cidadão Digital " como modelo de Boas Práticas, um prémio da Fundação Ciência e Tecnologia.-----*

*O Prémio Nacional António Manuel Pereira da Mota, no âmbito do Ano Europeu da Família, com o Projeto "Dois Braços para embalar, uma voz para contar".-----*

*E há poucos dias,-----*

*O Galardão da EBA - European Business Assembly ao ser reconhecida como cidade destino de excelência.*

*Estes prémios são o reconhecimento do trabalho de uma grande equipa, responsáveis políticos eleitos e trabalhadores da CMO a quem é devida uma palavra de muito apreço mas também de esperança pois também para eles este foi mais um ano de muitas dificuldades. -----*

*Na atual situação foi com muita dificuldade mas com muita coragem, em que o muito que foi conseguido, foi resultado de uma gestão de grande competência e de enorme capacidade. -----*

*Competência e capacidade que com gosto colocamos ao serviço de Odivelas e dos Odivelenses.-----*

*Disse."-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

**Armindo Fernandes** - -----

*"A Prestação de Contas, relativa ao ano de 2014, que foi recentemente aprovado na Câmara Municipal, pelo PS e PSD, maioria que gere os destinos deste Município e presente a esta Assembleia Municipal, decorrente da atividade desenvolvida ao abrigo do Plano e Orçamento, igualmente aprovados por esta mesma maioria.-- Opções políticas e prioridades com as quais não concordámos, que não subscrevemos e que, por isso mesmo, justificaram o nosso voto contra.-----*

*Com a mesma coerência, também não nos revemos nesta Prestação de Contas, relativa ao ano de 2014, a qual espelha o resultado de muitas dessas opções e prioridades políticas que justificam o princípio para o nosso voto contra.-----*

*Não podemos, ainda, deixar de considerar as consequências e efeitos nefastos da política de austeridade imposta pelo Governo ao País, geradora de fortes impactos negativos na situação económica e social, nomeadamente, no empobrecimento das famílias, de igual modo, impondo ao Poder Local, maiores dificuldades e estrangulamentos que se refletem nos documentos que nos foram presentes para apreciação.*

*A complexidade e importância destes documentos exigiam que nos tivesse sido concedido mais tempo, para uma consulta mais atenta, facto que não deixaremos de registar com desagrado.-----*

*Quando da discussão e aprovação do Orçamento de que agora se prestam contas, referimos que os documentos provisionais, eram de uma forma global, os mais realistas dos últimos anos, pelo que era expectável uma maior taxa de execução, quer da receita quer da despesa, mesmo assim, alguém das metas desejáveis, na ordem dos 85%.-----*

*Igualmente, referimos que, além de mais realistas, eram também muito esclarecedores, quanto às principais fontes de receitas previstas e logo denunciámos o seu impacto negativo decorrente da carga fiscal imposta aos municípios.-----*

*As taxas de execução situam-se acima das dos últimos anos, devem-se especialmente à arrecadação "em alta" de receitas correntes provenientes dos impostos, nomeadamente, os impostos diretos.-----*

*As receitas correntes, no ano em apreço, atingiram os 102,7%, enquanto as de capital, apenas em 5,4%.-----*

*Com uma subida de 12,6% da arrecadação total da receita, obteve-se um acréscimo de 16,8% ao nível das receitas correntes, em contraponto, com um decréscimo de 65,6% nas receitas de capital.-----*

*Os impostos diretos, com uma taxa de execução de 108,8%, ultrapassaram as melhores previsões de cobrança, continuam de forma agravada a ser o grande suporte financeiro deste município.-----*

*O crescimento nominal de cerca de 3 milhões de euros, só na receita fiscal de 4,9%, comparativamente com igual período do ano anterior, com destaque para o IMT que teve uma cobrança de 141,3%, o IMI com uma cobrança de 101,2% e o IUC de 112,6%, todos face ao previsto.-----*

*Quanto à execução da despesa, cerca de 85% referente a receitas correntes e apenas 15,5% de despesas de capital, ou seja de investimento.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*Por si só estes dados espelham bem as opções desta maioria que, teimosamente não tem acolhido as nossas propostas, nomeadamente, a redução da taxa do IMI e assim comprovam o que temos dito em relação ao seu peso na carga fiscal dos municípios.*-----

*Podemos concluir que o Governo asfixia a Câmara de Odivelas e esta, os seus municípios. Facto indesmentível que não pode deixar de ter a nossa censura política.*-----

*Num momento em que crescem diariamente as famílias incapazes de fazer face aos seus encargos com a habitação e recorrem ao município em busca de uma ajuda ou alternativa, não podemos compreender o abandono de como é tratada a habitação.*-----

*Estão espelhados neste documento os encargos com a Parceria Público-Privada e a gestão desastrosa da Municpália que conduziu à sua dissolução, opções que mereceram a nossa firme oposição, desde o seu início.*-----

*Não obstante se reconhecer um esforço no equilíbrio financeiro, nomeadamente, a diminuição da dívida a fornecedores e a médio e longo prazo, bem como, o prazo médio de pagamento, embora ainda longo e a justificar um maior esforço.*-----

*Registamos que a dívida a terceiros é ainda de 12,7 milhões de euros e a dívida a fornecedores na ordem dos 5 milhões, sendo ainda a dívida de cerca de 7 milhões de encargos assumidos e não pagos.*-----

*É, principalmente, por tudo o que acabo de referir, que eleitos da CDU neste Órgão, justificam o seu voto contra."*-----

*Pelas 18h15m, verificou-se a saída da sala pelo Membro da Assembleia Municipal, Lúcia Lemos, pela bancada da CDU.*-----

### **PONTO 3 - 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL**-----

*Presente para deliberação, a proposta referente à 1ª Revisão Orçamental, de acordo com a informação nº 2015/4247, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, de 2015-04-23, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.*-----

*O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*“Quanto à primeira revisão orçamental a Sra. Presidente esclareceu que ela decorre da obrigação legal para a incorporação do saldo de gerência de 4,1ME no orçamento de 2015. Acrescentou ainda que este é “um dos maiores saldos de gerência” a transitar, aumentando assim o valor do orçamento para os 85,9ME, destacando algumas rubricas em termos de reforços.”-----*

**No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----**  
**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e CDS/PP e com os votos contra das bancadas da CDU e do BE

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Tânia Beleza e Armindo Fernandes**, da bancada do **PS e CDU**, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

**Tânia Beleza** - -----

*“Sendo um imperativo legal a incorporação do saldo de gerência do exercício de 2014, no valor de 4.173.442.46€, no Orçamento de 2015, a presente revisão é também o momento para proceder a alguns reforços e ajustamentos, que se entendem como necessários. -----*

*Incorporação a originar um aumento dos totais do orçamento inicial para os 85.987.184€00.-----*

*Ajustamentos e reforços de verbas propostos pelos diversos serviços municipais e de que destacamos:-----*

*- Reparação e Beneficiação de Equipamentos Escolares – 60.000€00.-----*

*- Parques Infantis – 85.000€00.-----*

*- Terrenos – 260.595€00.-----*

*- Beneficiação e Recuperação de Áreas Urbanas – Execuções Coercivas – 320.000€00.-----*

*- Intervenções nas Piscinas Municipais – 85.000€00.-----*

*- Indemnizações por Cessação de Funções – 97.300€00.-----*

*Com a presente revisão orçamental, verifica-se um aumento das despesas de capital em 2.697.329€64, bem como das despesas correntes, no valor de 293.944€36.-----*

*Já a nível da receita verifica-se um aumento de 4.173.442€46 em outras receitas, por contrapartida da diminuição das receitas correntes em 1.182.168€48.-----*

*Consideramos que a presente Revisão Orçamental não colocará em causa o necessário e importante equilíbrio orçamental que sempre defendemos.-----*

*Pelo exposto, a bancada do PS, votará favoravelmente a presente revisão Orçamental.”-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

**Armindo Fernandes** - .....

*"A CDU votou contra a 1.ª Revisão Orçamental de 2015 porque considera que este documento vem na mesma linha de raciocínio do Orçamento, com o qual também não concordámos.-----*

*O aumento do valor global provocado pela inclusão do saldo da gerência anterior, não produziu qualquer alteração à filosofia seguida pela maioria que vem gerindo esta Câmara.-----*

*Relativamente ao parque escolar, na Carta Educativa estão classificadas com prioridade 1, escolas que necessitam de requalificação e que não estão consideradas nesta revisão.-----*

*São escolas situadas em zonas socialmente desfavorecidas que deveriam ter merecido prioridade por forma a combater as desigualdades, referimo-nos à EB1/JI da Quinta da Paia e Dr. Mário Madeira, ambas na Pontinha.-----*

*Também o Jardim de Infância Álvaro de Campos, em Odivelas, um pré-fabricado com mais de 25 anos, sucessivamente adiado, assim como nada é dito sobre a EB1/JI de Caneças.-----*

*Sobre a requalificação do espaço público, são esquecidas as zonas da Urmeira e Mário Madeira, na Pontinha, bem como, os terrenos do extinto Odivelas Futebol Clube, que estão em completo estado de abandono.-----*

*Porque não são estas as nossas opções, nem nos revermos nas orientações seguidas, o nosso voto só poderia ser o voto contra."-----*

.....  
.....  
Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração plenário passar diretamente para o ponto 5, retirando os pontos 4 e 6 para serem deliberados na próxima reunião, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

.....  
.....  
**PONTO 5 - SIMAR – SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIO DE LOURES E ODIVELAS:**-----

**- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014;**-----

**- 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2015** -----

.....  
.....  
Presente para deliberação, a proposta referente à prestação de contas de 2014 e 1ª revisão aos documentos previsionais 2015 dos Simar – Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos Município de Loures e Odivelas, de acordo com a informação nº interno/2015/4299, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, de 2015-04-23, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----





Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

*"Dada a palavra à Sra. Presidente, referiu que "é a primeira prestação de contas que trazemos aqui, nesta assembleia municipal, e em reunião de câmara, referente aos SIMAR, a nossa empresa intermunicipal e como tal destacámos aquilo que foi este primeiro ano". A Sra. Presidente informou ainda que "estes serviços intermunicipais chegam a 350.000 habitantes, abrangem 195km<sup>2</sup> e têm de facto uma dimensão assinalável, o resultado líquido de exercício foi um resultado mais positivo que 2013, mais 11%, 660.000€, que gostaria de assinalar". Referiu-se ainda à existência de "um plano estratégico de redução de perdas, por um grupo de trabalho que foi formado em fevereiro de 2014, que tem esta grande preocupação e grandes objetivos no que diz respeito aos consumos ilícitos, aos contadores de rega, entre outros". A Sra. Presidente destacou também a área da modernização, afirmando que "não há serviços, sejam de câmara, sejam de empresas intermunicipais, que possam avançar no séc. XXI, sem que não haja aposta na evolução tecnológica e modernização dos serviços e isso foi feito com a melhoria dos atendimentos online e com o balcão virtual". Destacou ainda o "grande investimento também no Sistema de Informação de georreferenciação de ramais".- Relativamente ao trabalho de inovação, modernização e de qualidade do consumo de água, a Sra. Presidente destacou também a "distinção com o selo de qualidade de melhor água em termos de consumo por parte da ERSAR em 2014". Salientou ainda que na componente dos resíduos se reconhece "que há um trabalho ainda a fazer, fruto dos problemas que aconteceram com a frota e também com as reformas e saídas de trabalhadores, daí o concurso que está a decorrer para 45 vagas nesta área, bem como também os pontos que já aprovámos em reunião de câmara, visando a renovação da frota automóvel para tornar a recolha mais ágil, mais eficiente e mais sustentável". A Sra. Presidente referiu-se ainda ao reforço da contentorização, que "também já se está a sentir em Odivelas, com os contentores cinzentos de maior capacidade e também com a colocação de ecopontos, ou seja, o rácio destes equipamentos também tem vindo a aumentar por habitante, e isso é importante para a sustentabilidade e para a própria reciclagem".-----*

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

**PONTO 5 – SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas**-----

*É óbvio que sendo esta a primeira vez que estes documentos vêm à assembleia municipal e não tendo havido uma explicação prévia há dificuldade em fazer uma avaliação correta daquilo que estamos a votar.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Acréscce, que também estes documentos chegaram em cima da hora e provavelmente poucos de nós tiveram tempo para analisar os mesmos.*-----

*No entanto há algumas questões que queremos colocar e que são as seguintes:*-----

*Lendo o que está escrito na sociedade de revisores oficiais de contas – UHY & Associados, SROC, Id<sup>a</sup>.*-----

## **2 – PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

-----

*2 – Não se encontra atualmente refletido nas contas dos SIMAR o efeito da aplicação da Lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei 12/2008) que estimamos ser de 20,7 milhões de euros no valor bruto da rubrica de clientes, embora apenas implicando um ajustamento líquido de aproximadamente de 1,1 milhões de euros;*----

*3 – O montante de 436 mil euros registados em outros devedores encontra-se em análise pelos serviços, não estando ainda desagregado por entidade, o que impossibilita a sua validação;*-----

*4 – à data não é reconhecido no ativo imobilizado do SIMAR o valor das ampliações da rede resultantes de operações de loteamento;*-----

*5 – Existem diversos bens que se encontram em duplicado no imobilizado dos SIMAR e da CM de Loures, no entanto esta situação está em fase de resolução faltando apenas a regularização de quatro bens cujo montante se estima em 106 mil euros;*-----

*6 – O montante de 7,1 milhões reconhecidos em proveitos diferidos, referente à comparticipação dos ramais, deveria ser reconhecido como proveito no momento em que é recebido, dado não ter a natureza de subsídio ao investimento;*-----

*7 – Os SMAS solicitaram uma análise jurídica ao montante especializado relativo a futuros encargos com o SNS de 472 mil euros, pois não existe à data qualquer comunicação da respetiva entidade a solicitar este montante, apesar da entrega deste montante estar prevista na legislação em vigor.*-----

## **3 – CONTABILIDADE PATRIMONIAL**

-----

*Os SIMAR, para efeitos de prestação de contas anuais, prepararam demonstrações financeiras que incluem mapas patrimoniais e orçamentais, no entanto as mesmas ainda não foram aprovadas pelo Conselho de Administração, pelo que os dados sobre os quais baseamos a nossa auditoria não devem ser considerados como definitivos.*-----

*Colocam-se assim as seguintes perguntas:*-----

*Porque é que as contas que temos em nosso poder ainda não foram aprovadas pelo Conselho de Administração?*-----

*A segunda pergunta é porque é que apesar de uma série de anomalias detetadas pelo ROC, que mencionei anteriormente, a recomendação é que se aprove os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014?*-----

*Gostaríamos de uma explicação.”*-----

**Tânia Beleza**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto-----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
**Maria João Loya**, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

-----  
*“Antes de mais a CDU quer congratular-se, por ser esta a 1ª vez desde a criação deste concelho, que os seus órgãos municipais têm direito à informação e sobretudo à capacidade de intervenção e decisão nas questões estratégicas de gestão deste importante serviço público.*-----

*O que nunca tiveram enquanto clientes dos SMAS, e muito menos teriam, caso o processo de privatização/ concessão tivesse ido por diante.*-----

*Esta nova marcha em defesa da gestão pública, só foi possível porque a CDU assumiu a presidência da CM Loures, e logo desenvolveu as diligências necessárias para a concretização desse objetivo, convidando para o efeito a CM Odivelas a deixar de ser cliente e a passar a ser corresponsável pela gestão.*-----

*E o PS em Odivelas recuou no processo de privatização/ concessão da água por 30 anos a uma entidade privada.*-----

*Esta nova realidade é inseparável da luta das populações do nosso concelho e do seu núcleo “ Associação Água Pública”.*-----

*Abordemos agora o documento que nos foi apresentado.*-----

*O Relatório do ano 2014 mostra com clareza que esta gestão pública com objetivos estratégicos claros, já está a ter resultados bastante positivos, em vários domínios. Entre os quais destacamos:*-----

**ÁGUA**-----

- *O não aumento dos tarifários, não obstante a necessidade de mais receitas;*-----
- *A redução de perdas de água em 2%, o equivale a uma poupança de 280 mil euros;*-----
- *Os investimentos traduzidos em execução de obras de substituição de condutas, assim como a redução dos episódios de roturas e dos seus tempos de execução;*-----
- *A implementação das regras de utilização das “bocas-de-incêndio” na sequência de protocolo com todas as Associações de Bombeiros dos 2 concelhos, o que levou à diminuição de 4% de água adquirida, de 2% na água faturada e de 8% na água não faturada.*-----

*A redução de despesas nestes domínios poderá significar em 4 anos, a poupança de 1 Milhão de Euros;*-----

*Não deixa ainda ser significativo que os SIMAR tenham sido distinguidos com o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano 2014, atribuído pela ERSAR; e que o IPAC tenha também distinguido o bom desempenho do laboratório dos SIMAR em 2014.*-----

*É igualmente de destacar a Lavagem e Desinfecção de 36 células de reservatórios das 86 existentes nos SIMAR;*-----

**Reclamações**-----

*Assinalamos como positiva a redução do nº total de reclamações em 19% (2013/ 2014),*-----

- *Menos 10% Abastecimento de água,*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

- Menos 10% Drenagem de águas residuais, -----
- Menos 11% Recolha de resíduos urbanos -----
- Área comercial – 24%-----
- Apoio geral – 43%-----

É de salientar que 91% das reclamações apresentadas até ao fim de 2014, foi dada resposta dada num prazo inferior a 22 dias;-----

Resíduos Sólidos-----

Não obstante serem referidos constrangimentos de recursos humanos e na operacionalidade das viaturas, já se deram passos positivos;-----

Procedeu-se à otimização de circuitos e ao incremento da taxa de recolha de diferenciados. Registrando-se o aumento de 2% na recolha de indiferenciados, 2% na recolha seletiva, 11% de monos e 13% de orgânicos.---

Investimentos-----

Destacam – se, a aquisição de 19 viaturas (10 comerciais, 5 de passageiros e 4 de mercadorias), de 3 máquinas retroescavadoras, equipamento informático e de software, bem como a realização de empreitadas de construção de novas infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem das águas residuais e ainda o investimento na aquisição de contadores de água, de equipamento de deposição de resíduos.-----

A CDU considera que este Relatório confirma que a população do concelho de Odivelas viu melhorada a qualidade do serviço prestado.-----

As opções para 2015 confirmam uma especial atenção ao investimento, aquisição de maquinaria, viaturas e construção de novos ramais;-----

É de salientar também o reforço para equipamentos, materiais e vestuário utilizado pelos trabalhadores.-----

Destacamos os investimentos previstos para Odivelas na construção e remodelação de infraestruturas, tendo como ex: Os reservatórios da Amoreira, Caneças e Pedernais; A substituição das condutas em Caneças, Codivel e Famões; A remodelação da rede de abastecimento de água em Odivelas; A substituição da conduta elevatória Amoreira/ Caneças.-----

Por todas estas razões votamos favoravelmente a Prestação de Contas e a 1ª Revisão aos documentos provisionais;-----

Nestes concelhos como no País há que continuar a lutar pela derrota dos objetivos do atual governo de privatização dos resíduos sólidos e de proceder à famigerada reforma do sector da água, que impõem entre outras mafeitorias o aumento das tarifas da água.”-----

-----  
**Luís Santos**, pela bancada do **BE**, proferiu um pedido de esclarecimentos à Sra. Presidente da CMO, relativamente à existência de balanço da utilização sobre o caudal no concelho e se está prevista alguma contratualização para os SIMAR.-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes.-----

*“Relativamente às observações da certificação das contas, a Sra. Presidente realçou “que os custos estão todos de facto espelhados e foram reconhecidos nas contas: Podem obviamente não estar tal como estão aqui identificados, mas não há custos ou verbas que estejam desorçamentadas, elas fazem parte dessas mesmas contas. Há de facto 20 milhões de incobráveis, é um número assinalável que foi acumulando ao longo dos anos, fruto também das próprias dificuldades do sistema e também das limitações jurídico-contenciosas existentes no país, que ainda é muito pouco ágil nessa matéria”.-----*

*Em relação às questões relacionadas, com o serviço nacional de saúde, a Sra. Presidente esclareceu que “a partir de 2010 houve uma mudança, inicialmente estas verbas eram pagas pela câmara municipal e, a partir de 2010, houve a interpretação que deveriam ser pagas pelos serviços municipalizados, foram pedidos pareceres jurídicos, houve um contencioso, e portanto este ano de 2010 foi um ano de dúvida”. Realçou ainda que essa indefinição que “levou a este valor acumulado dos 472.000€, só nesse ano”. Informou também que “quarta-feira irá a conselho de administração este assunto, que será objeto da sua regularização”.-----*

*Em relação aos ramais salientou que a informação que dispõe é a de que a prática contabilística dos SIMAR, em relação aos ramais, é a de reconhecer o valor pago pelo cliente, mas que esse reconhecimento é feito em proveito de taxa de amortização desses ramais. Em relação às questões colocadas, sobre os redutores de caudal a Sra. Presidente informou que ainda não foram aplicados, e que “ainda não há balanço ou impacto sobre os mesmos. E em relação aos contratados através dos contratos de inserção, uma grande parte concorreu a esse procedimento concursal, pensa-se não voltar a utilizar essa fórmula, mas é algo que depois será avaliado em relação a esse tipo de contratação e que as situações ficarão resolvidas por esta via, do procedimento concursal”.-----*

*A Sra. Presidente concluiu reiterando que “nunca fomos a favor da privatização, optámos pela concessão, a privatização significaria alienação, e alienar infraestruturas é sempre diferente, nunca quisemos alienar infraestruturas mas sim concessionar”, e reafirmando também que “tal como foi dito aqui, e tal como está sucessivamente registado em atas, de mediação com a DGAL”, e acrescentou que sempre defendeu “gestão e a esfera pública neste sector e nesta área, faltando parceiro e havendo de facto um desinvestimento de mais de uma década no concelho de Odivelas, a opção que ficou em cima da mesa e que requereu bastante coragem política, foi a concessão”. Lembrou ainda, repetindo o que disse o Sr. Presidente da Câmara de Loures, na sua intervenção aquando do anúncio desta situação, “que não há vitoriosos nem derrotados, não há vitórias ou derrotas” e que “a única vitória foi a da população e da defesa da água pública, e portanto era bom que os deputados da bancada da CDU, retivessem essa frase do Presidente Bernardino Soares que nunca quis tratar este assunto de forma partidária, mas de forma institucional, de forma diplomática,*



Assembleia Municipal de Odivelas

*consensual respeitando os princípios da equidade da proporcionalidade entre Odivelas e Loures, e assim foi, e assim foi possível, porque de facto este processo tem apenas como vitoriosos a população de Odivelas, e de Loures, que esperam de nós, o melhor. E ainda não lhes demos o melhor, ainda há um grande caminho a percorrer, não mudou tudo para melhor porque temos uma intermunicipal, ainda há um longo caminho a percorrer, é bom não embandeirmos em arco, há aqui valores muito positivos mas temos muita estrada para andar porque a população merece o melhor de nós e é fundamental conseguirmos esse investimento e esse grande retorno".*-----

António Ramos, pela bancada do PS, proferiu um ponto de ordem e pedido de esclarecimento à mesa sobre o método de voto -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD** proferiu uma intervenção sobre a matéria em apreço.-----

**António Ramos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção sobre a 1ª revisão aos documentos provisionais de 2015 que será convertida em declaração de voto -----

Pelas 19h00m, verificou-se a saída da sala pelo Membro da Assembleia Municipal, Pedro Martins, pela bancada do PSD. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação a **prestação de contas de 2014**, referente ao ponto 5 tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDU e CDS/PP e com a abstenção da bancada do BE.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação a **1ª revisão aos documentos previsionais 2015**, referente ao ponto 5 tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDU e CDS/PP e com a abstenção da bancada do BE.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Paulo Sousa, Armindo Fernandes e Tânia Beleza**, da bancada do **BE, CDU e PS**, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata.---

**Paulo Sousa** - -----

*"Antes de mais agradecer a presença dos técnicos do SIMAR, aqui presentes!"*-----

*O Bloco de Esquerda absteve-se neste ponto e é necessário esclarecer o porque:*-----

*Há muito, muito tempo que o Bloco vinha a exigir a criação destes Serviços Intermunicipais.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Relembramos a quem se esquece ou tem memória curta.-----  
Era o Partido Socialista executivo municipal em Loures e a Sra. Presidente (de Odivelas, Susana Amador, PS) a FAVOR da privatização dos Serviços. E os senhores não se entendiam!-----  
Chamem-lhe o que quiserem, mas dizerem que não é uma privatização, a uma concessão a 7 mandatos autárquicos num total de 30 anos, só pode ser para gozar! Para nós é exatamente a mesma coisa, dar aos privados o que é público. Dar o lucro e ficar com as dívidas!-----  
Diz a senhora Presidente, que não há vencedores. -----  
Claro que os HÁ!-----  
A vitória foi de todos os que estiveram desse lado da barricada, do lado do Serviço Público, do lado certo da luta, ao lado dos e das trabalhadoras e da população em geral!-----  
Esses foram os vencedores, senhora presidente!-----  
Quanto ao voto em concreto, esclarecer que nos foram enviados, nada mais nada menos que 437 páginas para analisar, fiscalizar ou ler.-----  
Mais, 437 páginas, sobre um tema ou assunto, que nós saibamos, nenhum de nós, deputado Municipal, está a par.-----  
Esta nova realidade à qual a Sra. Presidente chamou de "Casa Comum"!-----  
Há algum de vós, senhores deputados, que saibam sobre esta temática, para poder analisar estes assuntos em consciência?-----  
Mais, é preciso frisar que estas 437 páginas, um disparate de documentos, não vieram, nem atempadamente, nem são suficientes, tal como outro deputado já mencionou, para que qualquer um de nós possa votar em consciência favoravelmente! Nenhum de nós! -----  
Por tudo isto a bancada do Bloco de Esquerda, em consciência, só podia mesmo abster-se neste ponto!-----  
Pelo Bloco de Esquerda, -----  
Paulo Sousa"-----

**Armindo Fernandes** - -----

"A CDU congratula-se com esta votação que é a primeira vez que acontece em Odivelas. Pena é que só agora tenha acontecido, mas como diz o povo "mais vale tarde que nunca".-----  
Se as birras entre o PS Odivelas e o PS Loures, não tivessem existido, estamos certos que o resultado teria sido outro e não se teria perdido tanto tempo.-----  
Naturalmente que não é de um dia para o outro que tudo se resolve, vai demorar ainda algum tempo até que se torne claro o benefício para a população, mas hoje já são visíveis algumas alterações, para melhor, já se fala em obras e empreitadas no nosso território, sinal de que a mudança aconteceu e que valeu a pena a nossa luta.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*É com esta convicção que a CDU continuará a sua luta, na defesa da água como um bem público, não podendo ser privatizada, mais ainda, que os serviços que lhe estão associados, têm que ser geridos pelo setor público.*-----

**Tânia Beleza** - -----

*“Esta é uma apreciação e discussão que de há muito deveria ter acontecido nesta Assembleia.*-----

*A criação de uma Empresa Intermunicipal em que os 2 Municípios, Loures e Odivelas tivessem a responsabilidade conjunta de gestão sempre foi a opção defendida pelos responsáveis do Município de Odivelas.*-----

*E ninguém tenha dúvidas que se Odivelas não tivesse optado pelo processo da concessão a terceiros, possivelmente continuaria tudo na mesma.*-----

*Reconhecemos que as alterações que se verificaram na CM Loures vieram contribuir para a solução deste problema, sendo os seus atuais responsáveis os primeiros a reconhecer que sem Odivelas, os ex-SMAS, atuais SIMAR, não tinham qualquer viabilidade económico-financeira.*-----

*Reconhecemos esse mérito, realidade com a qual estamos inteiramente de acordo.*-----

*Não vamos perder muito tempo, mas não podemos esquecer o que era a realidade dos ex-SMAS:*-----

*Um sistema de abastecimento de água pouco eficiente, contadores obsoletos, roturas constantes, clientes insatisfeitos.*-----

*Um serviço de recolha de resíduos sólidos que não funcionava, dias e dias sem fazer a recolha, por falta de pessoal e viaturas, com os consequentes riscos para a saúde pública.*-----

*Durante muitos anos, mesmo como meros clientes, fomos mal, pessimamente servidos.*-----

*Com a nova realidade, com os SIMAR, com Odivelas a ter uma palavra na sua gestão, verificam-se já algumas melhorias:*-----

*melhoria do sistema de abastecimento de água, redução de número de roturas, substituição de condutas, redução do consumo de água, melhoria no serviço de recolha de resíduos, com a otimização de circuitos e veículos, melhor recolha de monos, desinfestação de contentores, substituição de alguns contentores por novos contentores e de maior capacidade.*-----

*Uma redução das perdas de água que se traduzem numa poupança de 280 mil euros ano.*-----

*Um maior e melhor contato com os clientes, maior proximidade através do balcão digital e uma maior adesão à fatura eletrónica.*-----

*Uma redução substancial das reclamações que é o reflexo da melhoria do serviço tanto ao nível do abastecimento de água como da recolha de resíduos sólidos urbanos.*-----

*Novas contratações de pessoal e renovação da frota.*-----





Assembleia Municipal de Odivelas

Os SIMAR estando agora a dar os seus primeiros passos, no seu primeiro ano de vida, a crescer e a desenvolver-se dão já sinal da melhoria que todos desejamos.-----

Melhoria de serviço e qualidade que teremos que também creditar ao representante de Odivelas tanto no Grupo de Trabalho como na atual Administração o Sr., Vice-Presidente Hugo Martins, a quem felicitamos pelo excelente trabalho até agora desenvolvido, certos que a sua presença é a melhor garantia na defesa dos SIMAR mas também do Município e dos Municípes de Odivelas.-----

Numa análise necessariamente rápida das contas que nos são apresentadas, seria sempre importante conhecer qual a realidade referente aos anos anteriores, permitam que vos diga que estamos positivamente surpreendidos.-----

Ao contrário do que durante algum tempo passou para a opinião pública, entendemos como bem positiva a situação económico-financeira dos atuais SIMAR, com receitas próprias, suficientes em nosso entender, para suportar os investimentos que são necessários.-----

Receitas a merecer alguma atenção no que se refere à dívida de terceiros, dívida que terá que ser necessariamente diminuída.-----

Investimentos de modo a continuar a prestar um serviço de qualidade, seja no abastecimento de água, seja na recolha de resíduos, e que no caso do Concelho de Odivelas se revelam de alguma grandeza quando comparados com anos anteriores em que o investimento era zero.-----

A presente prestação de contas e referentes ao ano de 2014 apresentam-nos um saldo líquido positivo de 660.311,24€, mais 11% que o ano de 2013. -----

Sr., Presidente, Srs., Deputados-----

Estamos certos que com Odivelas e com o PS os SIMAR vão ser mais inovação, mais criatividade, um serviço mais eficiente, mais sustentável e mais ecológico.-----

Valeu a pena ter lutado para que Odivelas se tornasse parte ativa na gestão dos agora SIMAR e cujas contas de 2014 naturalmente aprovaremos.-----

Disse.”-----

**António Ramos** - -----

“A presente revisão Orçamental surge como consequência da integração do Saldo de Execução Orçamental da gerência anterior, que ronda os 6 Milhões de €, dos quais cerca de 3,1 milhões refletem um incremento em despesas de capital e cerca 2,8 Milhões em despesas correntes.-----

Assim, no âmbito da presente proposta de revisão aos documentos provisionais de 2015, há a realçar, e apenas no que se refere ao Concelho de Odivelas, os seguintes reforços: -----

- A Remodelação da rede de Abastecimento de Odivelas e Vale do Forno no valor de 50 mil € cada – um total de 100 mil€.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

- Substituição das Condutas de distribuição de Codivel, Caneças e Famões também no valor de 50 mil € cada  
- um total de 150 mil€.-----

- A remodelação da rede de abastecimento de água do Bairro dos Cágados, no montante de 150 mil €.-----

Na vertente de Águas Residuais:-----

- A Construção de Ramais e Prolongamentos de Rede no montante de 50 mil €.-----

- A Telegestão de águas residuais também no montante de 50 mil€. -----

Na vertente de Resíduos Urbanos:-----

- Investimento em Contentores, 60 mil €.-----

- Investimento em EcoPontos, 35 mil €.-----

Veja-se a grande diferença dos antigos SMAS para os atuais SIMAR – com a presente revisão são investidos em Odivelas verbas na ordem dos 600 mil euros.-----

Mais investimentos são necessários no nosso território, para o que contamos com o melhor empenho do representante do Município de Odivelas nos Órgãos de Administração dos SIMAR, o Sr., Vice-Presidente Hugo Martins, que estamos certos, tudo fará para que esses investimentos se tornem uma realidade.-----

Por tudo isso, o nosso voto favorável.”-----

#### -----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que não se registaram inscrições. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 19h16m dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----